

## **ANEXOS**

## ANEXO - I

### Diretrizes do Programa de Governo para Propostas de Ação Afirmativa

1)-RACISMO NÃO COMBINA COM DEMOCRACIA - A discriminação racial praticada em larga escala em nossa sociedade viola o direito à igualdade, que simboliza um dos pilares fundamentais da democracia. É dever do Governo Democrático e Popular assegurar a igualdade de direitos, de oportunidade e tratamento, de modo a transformar a democracia formal em democracia de fato.

Não basta a igualdade de todos perante a lei, é preciso assegurar ao povo negro condição digna de vida.

O Governo Democrático e Popular assume o compromisso de estabelecer políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidade e tratamento em cumprimento dos objetivos fundamentais da Constituição Federal e da lei Orgânica Municipal.

2)-DISCRIMINAÇÃO É CRIME PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – Constatam também da Constituição, direitos do povo negro que não são respeitados na prática. O Governo Democrático e Popular assume o compromisso de implementar todos os dispositivos constitucionais antidiscriminação que forem de competência do Poder Executivo Municipal.

Mais do que isso, assume o compromisso de buscar o aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória, buscando viabilizar a plena utilização de instrumentos legais e os tratados internacionais antidiscriminatórios como a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT<sup>57</sup>.

3)-SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL – Implementar efetivamente a Convenção 111 da OIT (que trata da discriminação no trabalho) e assegurar o desenvolvimento de programas de geração de empregos e de profissionalização, que contemplem os setores excluídos.

Instalar a câmara sobre as discriminações e assegurar o princípio da não discriminação no preenchimento dos postos de trabalho controlados pelo municípios.

<sup>57</sup> Convenção 111- Convenção Internacional concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão. Promulgada pelo Decreto n. 62.150 de 23 de janeiro de 1968.

4)-ENEGRECER A COMUNICAÇÃO – A discriminação racial é visível em nossos órgãos de comunicação.

A construção de referenciais não estereotipadas e a presença do negro nesses órgãos são condições necessárias para quebrarmos as imposições que orientam a veiculação da propaganda e a comunicação em nosso município.

É compromisso do Governo Democrático e Popular, assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos nas campanhas de comunicação do governo e das entidades que com ele mantenham relações econômicas ou políticas.

5)-A HISTÓRIA DO NEGRO E A EDUCAÇÃO – É dever do Governo Democrático e Popular, assegurar adoção da pedagogia interétnica na escola pública, de forma a implementar o art. 242<sup>58</sup> da Constituição Federal.

6)-FUTURO MELHOR PARA AS CRIANÇAS NEGRAS E ADOLESCENTES NEGROS – A criança negra é sempre parte significativa dos indicadores de abandono da escola, trabalho infantil, moradores de rua, desnutrição e mortalidade, tráfico de crianças, degradação social da infância.

Impõem-se romper com esse círculo vicioso que empurra as crianças e adolescentes negros para as ruas e toda a sorte de violência, dando-lhes acesso à educação, saúde, moradia e lazer, respeitando suas particularidades, tradições, valores e história de vida.

7)-A MULHER NEGRA: MAIS SAÚDE E OPORTUNIDADES – A dupla discriminação da mulher, enquanto mulher e negra, reafirmam maiores diferenças e oportunidades e condições de vida.

O Governo Democrático e Popular deverá incorporar no desenvolvimento dos seus diversos pontos de programa (saúde, trabalho, educação etc...), ações específicas que contemplem o binômio gênero-raça e a realidade vivenciada pelas mulheres negras.

O Governo Democrático e Popular garantirá a formação de equipe de saúde multiprofissional de planejamento familiar em atenção especial à saúde da mulher negra, possibilitando o acesso a todos os métodos anticoncepcionais não prejudiciais à saúde, com orientação médica (...). Deverá ser contemplado no programa de planejamento familiar a ampla participação da sociedade civil organizada, conselhos locais e municipais de saúde, sindicatos de

---

<sup>58</sup> Constituição Federal – Art. 242 parágrafo primeiro, “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.”, Brasília, 1999.

trabalhadores, entidades do movimento negro, estudantil e popular. O programa será acompanhado de um amplo processo educativo, envolvendo a rede pública de ensino e saúde (SUS) e meios de comunicação.

8)-MOVIMENTO NEGRO: GARANTIA DE AUTONOMIA – Os setores organizados da população negra terão respeitados suas autonomias e independência e deverão ter papel ativo na definição das políticas antidiscriminatórias do Governo Democrático e Popular.

9)-ARTE NEGRA: A BELEZA DE UMA RAÇA – O Governo Democrático e Popular garantirá ainda que sejam realizados seminários, debates e discussões sobre os meios mais apropriados de resgate e revalorização da cultura da cultura afro (considerando muitas das vezes apenas folclore), nas seguintes dimensões: música, dança, poesia, pintura e artes marciais.

10)-RESPEITO À RELIGIÃO AFRO – O Governo Democrático e Popular garantirá o livre exercício da liberdade religiosa e combaterá todas as formas de discriminações às religiões afros, em especial umbanda e o candomblé.

11)-SAÚDE COM DISTINÇÃO DE RAÇA – A adoção no sistema único de saúde, de procedimento de detecção de males cuja incidência é maior na população negra.

É compromisso do Governo Democrático e Popular a introdução do quesito cor nos sistemas de informação de saúde, incluindo os sistemas de informação sobre morbidade e mortalidade profissionais.

## ANEXO - II

### Entrevistas

#### Entrevista com Dina Maria Silva em 06 de julho de 2002

1)-Quando você foi indicada para desenvolver um trabalho na Secretaria de Estado de Educação e quem lhe indicou?

Eu cheguei na SED em 2000, indicada pela Lucimar Rosa Dias que me conhece por também ser militante do Tez desde 1988. Ela me indicou por que venho desenvolvendo vários trabalhos no Movimento Negro. Fui Coordenadora do Cursinho Popular de Pré-Vestibular do Grupo TEZ por 2 (dois) anos 97 a 99. Por isso fui indicada por Lucimar que há época era Diretora do Ensino Médio na SED. O objetivo da minha ida para lá era poder por meio de um grupo de trabalho, colaborar no desenvolvimento de propostas de combate ao racismo na educação. Entretanto, quando cheguei lá fiquei trabalhando sozinha pois, não havia nenhum grupo específico para tratar da questão racial.

2)-Você teve que enfrentar que tipo de obstáculo ao chegar a Secretaria Estadual de Educação?

Encontrei muitas dificuldades e a primeira delas foi que eu não estava oficialmente nomeada para trabalhar num setor específico na SED. Fora esse problema administrativo, encontrei dificuldades para formar um grupo de trabalho na temática racial. Acabei sendo indicada para trabalhar com a Equipe Técnica de Políticas Públicas Específicas que já tinha pessoal voltado para às questões do índio, mulher e deficiente físico. Como eu era a única pessoa que fora escolhida para trabalhar com a questão do negro, só naquele momento que iniciou esse debate na SED. Muitos problemas surgiram quando estava iniciando o trabalho com a Equipe de políticas Específicas, acabei ficando deslocada. Os técnicos não aceitavam discutir a questão do negro da maneira que eu entendia que era preciso. A maioria entendia que criar um espaço para a discussão racial, era uma maneira de discriminar mais ainda. Diziam que a questão do negro não se encaixava no que eles pretendiam trabalhar. Achavam que não há esta discriminação toda que o Movimento negro aponta, por isso, achavam que não era preciso formar uma Equipe para discutir especificamente a questão dos negros. Interessante que havia espaço para discutir o índio, o deficiente físico. Eu tive que romper muitas barreiras. Procurei as pessoas para conversar um jeito de tentar mostrar para elas como eu pretendia trabalhar a questão racial, e o que eu percebia era um tom de deboche e risos. Fiquei impressionada ao ver pessoas com formação acadêmica ridicularizando a proposta de trabalho que eu estava elaborando. As coordenadoras, as técnicas muito raro um servidor ou outro entendia a questão e às vezes colaboravam. Mas as demais não entendiam porque eu e a Lucimar estávamos querendo formar um grupo de trabalho voltado para as questões do negro na SED. O entendimento da maioria era de que existe igualdade e que não é preciso falar sobre problemas do negro porque este é um problema criado pelo Movimento Negro. Ou seja eles acham que quem é racista é o Movimento Negro. Não aceitam a idéia de que o negro é discriminado na sociedade brasileira. Só depois de muita conversa, é que começou a haver colaboração. Nem o Secretário de Educação há época, o Pedro César Kemp Gonçalves, não entendia o que nós pretendíamos fazer. Foi preciso muita pressão do Movimento Negro, representado por diversas entidades do movimento no estado, por muitas vezes insistiu em conversar com o Secretário. Por meio de algumas reuniões, o Movimento Negro convenceu o

Secretário que aceitasse uma pessoa, uma técnica, para desenvolver um trabalho voltado para a questão do negro. O Secretário Pedro Kemp, aceitou a proposta e determinou que fosse constituído um espaço para os negros. Quem cuidou disso foi a Coordenadora de Políticas Públicas Específicas da SED, Maria da Graça, a Graça. Depois que o secretário autorizou, ela de colocou a disposição e foi de grande ajuda. O grupo que tem hoje trabalhando, foi idéia dela juntamente comigo. Como eu cheguei em 2000, a questão do negro, não fazia parte dos trabalhos da Coordenadoria de Políticas Públicas Específicas. Não havia verba específica voltada para o desenvolvimento de ações de combate ao racismo. O orçamento já havia sido votado no final de 1999. Meu trabalho ficou restrito a Campo Grande. Não foi possível viajar para as cidades do interior como foi o caso das outras minorias, os índios, deficientes físicos e mulher. A contribuição financeira que eu recebia para desenvolver os trabalhos na temática do negro, era uma contribuição dos outros grupos de trabalho que repassavam, a Educação Básica do Campo, repassava 1% de sua verba, eu estava lotada neste grupo de trabalho mas me restringi a trabalhar a questão do negro.

### 3)- Como foi incluída a questão do negro no Constituinte Escolar?

Em 1999 quando começaram os trabalhos não tinha nada. A questão do negro na Constituinte começou a ser debatida quando eu e a Lucimar nos reunimos com o Coordenador da Constituinte Escolar, o Francisco G. dos Santos. Dissemos a ele que assim como os problemas do deficiente físico e o índio estavam sendo debatidos era preciso discutir também a questão racial. A princípio ele como coordenador não aceitou discutir a questão do negro. Não entendia como sendo necessária a discussão. Aceitou incluir a temática racial com o “pé atrás”, e pela pressão do grupo e do Movimento Negro. E não entendia e pretendia dar uma “notinha de rodapé” para a temática racial na Constituinte Escolar”. Após muitas reuniões aceitou que tivesse um caderno incluindo índios e negros, não teve um destaque para a questão do negro. Mesmo conseguindo que o caderno tivesse espaço para a questão racial, o processo de discussão pelo interior do estado de coleta de propostas, de debate sobre a questão das dificuldades das minorias, só aconteceu para os deficientes físicos e índios, não tinha verba como eu disse antes. Então o debate da questão racial ficou restrita a Campo Grande com os professores do interior só foi possível na Assembléia Geral que ocorreu no segundo semestre de 2000. Só nesse momento é que iniciou a discussão da questão do negro. Na Assembléia Geral foram trazidas algumas propostas elaboradas pelos professores do interior e daqui da capital. Assim, puderam contribuir porque o caderno índio/negro foi distribuídos à tempo.

### 4)- Depois de incluir nos debates a questão racial, foi possível junto com os professores ter uma visão da importância do tema na educação?

A temática racial foi muito bem aceita, tinha meia dúzia de professores que não tinha compreensão de que era preciso abrir espaço para esta discussão. Foi uma das temáticas que mais teve debate, questão nova na Constituinte. O coordenador e os Delegados acabaram concluindo que a temática do racismo foi a que provocou maior discussão que as pessoas mais tinham interesse em participar. Os professores demonstraram interesse em saber como trabalhar a questão do racismo na escola. Queriam algum tipo de “receita” de como trabalhar em sala de aula com a temática racial. O debate foi muito produtivo, tinham os que não queriam incluir a temática racial na escola pois, achavam que ia discriminar mais ainda. Ao final dos debates na Assembléia Geral, saíram convencidos de que é necessário discutir também a questão relativa aos negros. Porque perceberam por meio da fala dos outros que de fato o racismo no Brasil é camuflado. Muitos professores foram relatando casos de preconceito para com os alunos negros em sala de aula. Especialmente as situações de deboche que os alunos negros passam no 13 de maio. Ficou claro que o que faltava para a

maioria dos professores era um preparo para lidar com o racismo. Muitos professores alegaram que tinham certa resistência para trabalhar a questão. Alguns por falta de preparo e a ao mesmo tempo têm preconceito.

5)- O que os professores alegam como obstáculo para lidar com esta questão?

Os professores mais informados entendem que os livros didáticos não têm colaborado para que os professores trabalhem em sala de uma maneira mais avançada, normalmente se restringem ao conhecimento do negro como escravo.

Após esses debates chegamos a conclusão junto aos professores da necessidade de cursos de capacitação para orientar os professores a lidar com o racismo. Ajudei a elaborar uma proposta pedagógica para a Escola da Comunidade de Furnas de Dionísio e da Tia Eva. Essa proposta pedagógica, vai além do proposto pelos PCNs. Mas não sei no presente momento, como está sendo trabalhado nas escolas. Sei que a questão racial não está incluída como disciplina nas escolas da Rede Estadual de Ensino, parece que prevaleceu os temas transversais..

No final de 2000, eu saí da Secretaria de Educação e o Pedro Kemp foi exonerado do cargo de secretário, sendo substituído pelo Antônio Biffi.

Ainda no final do ano de 2000 foi formada uma Equipe de Combate ao Racismo. Que teve todo apoio de Antônio Biffi, Secretário de educação. A Equipe foi formada por Ana Senna, Irinéia, Nilda e Ângela.

De tudo isso só sei que o Movimento Negro depois de muitas pressões é que possibilitou que se abrisse um espaço para a discussão da questão racial. Mas é claro que a esquerda, o PT os militantes negros que têm formação política e preparo para lidar com a questão racial colaboraram muito. Considero que a capacitação é que vai colaborar para que os professores avancem com relação a formação preconceituosa que todos nós recebemos ao longo de nossa vida educacional.

### Entrevista com Graça Maria do Amaral Silva

05/ago/2002

1)- Qual o objetivo de implantar uma Coordenadoria de Políticas Específicas na Secretaria de Estado de Educação?

O trabalho na Secretaria de Educação teve por base vários documentos de administrações petistas. Especialmente o documento do PT no Distrito Federal, a Escola Candanga e do documento da Escola Cidadã de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Nesses documentos havia propostas específicas para alguns segmentos sociais que não eram contemplados na proposta de educação básica de 7 a 14 anos emanada da política nacional. Esses documentos nos orientaram porque havia no estado os não atendidos pela Secretaria.. Havia uma preocupação com a escola indígena devido ao número significativo de crianças indígenas no estado. Já havia um trabalho na Secretaria com os portadores de necessidades especiais há mais de 10(dez) anos ou seja, existiam duas equipes de trabalho na SED com propostas de desenvolvimento de ações para estes segmentos sociais. Ao longo da gestão foram sendo levantadas as necessidades de se trabalhar políticas específicas dirigidas aos grupos que não estavam sendo contemplados na escola formal ou seja: Jovens e adultos, educação básica do campo, educação para crianças e adolescentes em conflito com a lei e de combate ao racismo.

2)-Se na LDB a questão das minorias é contemplada porque na gestão do Secretário Pedro César Kemp Gonçalves a questão das etnias se restringiu aos índios?

Antes da Escola Guaicuru, existia na SED o Núcleo de Educação Escolar Indígena (instituído em todas as Secretarias de Estado de Educação do país). Também havia a Educação Especial um trabalho que estava implantado há muito tempo na SED. Quando da implantação da Escola Guaicuru, outras demandas foram levantadas que não estavam contempladas. Daí foi instituída a Coordenadoria de Políticas Específicas. Quando se pretende implantar e implementar políticas públicas tem que haver previsão orçamentária. Por isso foi possível trabalhar com os índios, portador de necessidades especiais - PNE e inclusive o grupo da educação básica do campo que tinha propostas bem definidas. Só em 2000 que a questão do negro começou a ser discutido a partir da demanda das comunidades negras rurais portanto, dentro da equipe da educação básica do campo com a vinda de uma pessoa para trabalhar a temática racial. Mas não tinha bem definido o trabalho de combate ao racismo.

3)-Como foi o processo de implantação da discussão da temática racial na SED.

Teve início com a chegada da técnica Dina Maria da Silva. Ela iniciou os trabalhos dando atendimento as Comunidades Negras, verificando as condições das escolas dessas comunidades.

4)-Quais os problemas que a técnica Dina Maria da Silva enfrentou na SED no desenvolvimento dos trabalhos na temática racial?

Na verdade todos enfrentamos problemas ao chegarmos na SED. No momento da implantação da Diretoria atual Coordenadoria, tivemos dificuldades diversas. A organização estrutural dessa secretaria está feita para cumprir os programas do Ministério da Educação – MEC. O que fugia a isso, teve que ser bancado com recursos do Governo Estadual. Dessa forma tivemos problemas de acomodação, não havia espaço físico para todos desenvolverem seus trabalhos. Além da dificuldade de lotar o pessoal na Secretaria de Educação que não fizessem parte do quadro de funcionários. Dentro de um órgão como a SED, não pode ser nomeado um professor convocado. E os movimentos sociais indicaram para colaborar na equipe de políticas específicas, professores que não faziam parte do quadro permanente de professores. Que foi um dos problemas que a Dina Maria teve que enfrentar na SED. Para que esses professores como a Dina pudessem ali trabalhar, foi preciso criar condições especiais pois, pela regra não havia condições legais para contratação. No caso dos técnicos foi preciso organizar trabalhos vinculados às escolas para que eles fossem convocados na escola para atuar dentro da equipe da Coordenadoria de Políticas Públicas Específicas. Depois desses problemas ajustados, foram feitas várias reuniões com a Dina e alguns representantes do Movimento Negro para discutir a questão racial na SED.

Quanto as dificuldades que a Dina Maria disse ter enfrentado que as pessoas, os técnicos diziam que trabalhar com a questão racial era uma maneira de discriminar mais ainda, de fato, havia um grupo de intelectuais que trabalhavam com a equipe da SED que entendiam que não se tem que trabalhar com atenção diferenciada. De fato nas equipes haviam pessoas que acreditam que os negros é que estão querendo se destacar, e se diferenciar. Esse grupo com resistência em trabalhar essas especificidades em separado, considera que assim sendo estaremos constituindo guetos. E essa questão não se restringe apenas ao negro mas atinge também o índio e o PNE. Esses intelectuais consideram que as questões das minorias devam ser consideradas no todo, por isso não entendem ser necessário políticas específicas para negros.

Como a proposta do negro não estava bem definida inicialmente e também não havia previsão orçamentária para o desenvolvimento das poucas propostas, a demanda de combate ao racismo teve que ser construída a partir de visitas às escolas das comunidades negras para conhecer suas necessidades. Depois dessa fase, com a participação desses grupos em outros fóruns articulados é que se evidenciou a necessidade de se trabalhar o combate ao racismo nas escolas. Esta proposta de discussão de combate ao racismo nas escolas, não foi trazida para a SED assim que se iniciaram as discussões relativas à temática racial. Foi se revelando com o passar do tempo, ao longo dos trabalhos quando ficou mais evidente para a equipe representativa do movimento negro a necessidade de se trabalhar a questão do combate ao racismo na escola. A partir de então o trabalho fluiu foram enviadas correspondências para as escolas solicitando propostas de trabalho e as escolas deram retorno positivo elaborando projetos educacionais de combate ao racismo.

5)-O que fez com que o Secretário de Educação se convencesse e autorizasse que uma técnica ficasse responsável na SED pelos trabalhos que envolviam a temática racial?

A equipe de combate ao racismo, composta pela técnica Dina, insistiu na necessidade de se criar um espaço para que se pudesse desenvolver a questão do racismo em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino conforme a política da Escola Guaicuru. Sucederam-se várias reuniões reivindicadas pelo Movimento Negro com o Secretário de Educação. Pautando a necessidade de estruturar o trabalho dentro da secretaria como já acontecia com a questão indígena e a dos PNE(s) que já estavam posas nesse governo. Mas ressalto aqui, que a diferença dos processos de implantação das políticas específicas não se deu por negligência ou descaso do Secretário de Educação mas, foi determinada basicamente por dois fatores: o primeiro retrata a organização institucional já instalada ou seja, a existência do setor responsável pela educação escolar indígena, pela educação especial e também da educação de jovens e adultos. E o outro se refere à existência de propostas indicadas pelos movimentos sociais que se diferenciavam entre si. Nesse processo as duas políticas que apresentaram maior morosidade na implantação foram as da educação de jovens e adultos e a de combate ao racismo. E para finalizar a questão, cabe relatar o fato de que no momento em que se estruturou na SED a equipe de combate ao racismo o Movimento Negro afastou dos trabalhos a técnica Dina e apresentou a indicação de outras técnicas para a composição da equipe. Indicação esta acatada pelo Secretário de Estado de Educação.

6)-Em que momento da Constituinte Escolar foram iniciados os trabalhos com a temática racial?

O debate foi moroso e com grande resistência, mas passou a fazer parte do repertório das diferentes equipes da Secretaria de Educação. Ao entrarmos em contato com as escolas os professores foram nos enviando propostas de trabalho para o combate ao racismo. Foi ficando cada vez mais evidente que tinha que ser feito um debate amplo nas escolas, o combate ao

racismo, não só nas comunidades negras. As escolas de Campo Grande foram convidadas a participar do 2º Momento da Constituinte onde seriam discutidas as questões raciais. Antes desse encontro da Constituinte, um grupo de seis a dez professores discutiram e elaboraram o material da Constituinte escolar e este material foi reproduzido e enviado as escolas como proposta de discussão. Esse material enviado as escolas orientava os professores sobre as questões raciais. A escola era cobrada, precisava dar um retorno e foi por causa do retorno que os professores deram que começamos a perceber a necessidade de elaboração de um curso de capacitação na temática racial.

### Entrevista com Ben-Hur em 24 de maio de 2003

1)-Como foi a criação do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul.

O Movimento Negro tem uma forte ligação de estudantes de direito da década de 80 da antiga Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso –FUCMAT com alguns professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Grupo Tez era formado por seis fundadores: Paulo Paraguassú, Jaciguara e Ben-Hur e os professores Jorge Manhães e Dorothy e um Rapaz chamado Pedro que não tinha ligação com os setores apontados.

Em 84, fomos num congresso de direito na Bahia, e aí nos fomos e foi muito importante para a formação do TEZ. No meu caso, e do Jorge Manhães, foi uma palestra do Gabeira, na UFMS, no trote cultural de 85, ele falou de uma contradição que ele não levava em consideração que era a questão racial e que ele quando foi morar na Europa sentiu opeso de ser latino americano. Ele contava que era discriminado por isso e voltou pro Brasil com outra leitura das questões raciais no Brasil. Nesse discurso dele eu estava presente o Jorge Manhães também e influenciou muito na criação do Grupo TEZ. Que foi criado no dia 18 de março de 85, na casa do Jorge Manhães, foi criado o Grupo TEZ, não tinha esse nome ainda. Esse foi o primeiro grupo negro no Estado? Acho que foi sim, mas ouvi rumores que havia outros mas o mais famoso foi o TEZ, o que teve mais consistência o mais longo. Num vou dizer que foi o primeiro, me falaram que tinham outras mas não tinham a expressão. Fizemos um lançamento público do grupo, trouxemos um filme “Tenda dos Milagres”, passamos no paço Municipal”, fizemos cartaz marcou.

2)-Como você vê o Movimento Negro no Brasil e no Mato Grosso do Sul?

No caso nosso, o fato de nosso estado ser um estado periférico, isolado, o movimento negro aqui teve algumas características muito peculiares naquele momento. Quando teve o primeiro encontro dos negros do Centro-Oeste, em 88, é passou uma proposta que os brancos não teriam direito a participação. E o grupo TEZ, a gente, votou contra essa decisão, nós perdemos, o grupo TEZ, sempre teve uma presença de militantes brancos também. Então, o TEZ não seguia nenhum grupo fora daqui, não tinha nenhuma linha, um paradigma, isso permitiu para a gente, trabalhar muito essa questão da presença de não negros.

Então o movimento negro nacionalmente, procurava integrar os negros, é o MNU, tinha essa coisa assim contra a participação de brancos, uma coisa assim mais dogmática, assim radicalizado, algumas agremiações nacionais, eram muito vinculados ao PT. O TEZ em que pese os seus fundadores, o primeiro presidente, ele sempre teve uma posição plural. O Paulo Paraguassú sempre foi uma figura mais ao centro, a Jaciguara era do Partido (PT) então o grupo TEZ não tinha vinculação estreita com o PT. Sabe nunca foi extensão de um partido político. Então o fato de a militância alguns quadros que não eram negros, o fato de a não ter vinculação direta com partido político, né, o grupo também tinha uma maneira de se organizar super frágil. Muito espontânea, não tinha uma diretoria, a gente trabalhava assim super a vontade, sem financiamento. Então a década de 80 ,foi época de resistência mesmo de se afirmar como negro, discutir porque tinha racismo no Brasil. Não discutia política públicas a gente não tinha muita idéia, de superar o racismo.

3)-E na década de 90 como vocês começaram a se organizar?

O TEZ vai tendo um..., o fato de eu me eleger vereador, fui o primeiro vereador do PT aqui em 92, de certa forma eu levo pra Câmara o debate : “A primavera da Cidadania Negra” na Câmara tenta aprovar uma lei ,Zumbi dos Palmares, aí a questão racial acaba entrando mais dentro do poder né, acaba assim dentro do cenário do parlamento. A Câmara começa a comemorar o dia do combate ao racismo. Tem sessão solene na Câmara, de certa forma vão surgindo outras entidades também.

4)-Você acha que seu papel como parlamentar nesse período contribuiu em MS?

Contribuiu primeiro pela capacidade de fazer uma frente contra o racismo. Eu não sou um candidato dos negros. Era um candidato contra o racismo né eu sempre tive um discurso muito centrado em angariar mais adeptos da nossa causa. Então eu tinha aquela questão do discurso da afirmação da negritude mas uma negritude que não excluía que atraía né, agente

colocava do ponto de vista humanitário não éramos contra os brancos, eu sempre fiz muita política sempre fui muito hábil pra formar frente tanto que a Bahia acho que levou mais tempo pra eleger um deputado ligado as questões raciais que o Mato Grosso do Sul. É claro que militava por outras áreas também, nunca a questão racial foi o meu único contato com a comunidade. Porque eu achava que se fosse só a questão racial ia limitar minha ação como parlamentar ia ter uma base muito mais ampla, ia ter a capacidade de mostrar aos setores brancos progressistas que a luta contra o racismo era uma luta deles também, e acho que nesse sentido o TEZ foi uma grande escola pra mim porque o TEZ era um grupo plural, sabe convivia com as diferenças, ele tinha as contradições dele, ele não era sectário ele sempre negociou as coisas .

5)-Como lidou e lida com os diferentes grupos do Movimento Negro?

Não tenho militado mais nos dias de hoje, vou ser bem sincero com você, eu na verdade, a vida parlamentar me conduziu muito a atividades do legislativo, você perde aquele contato com a atividade base, enfim eu me sinto um membro do TEZ mais por uma questão emocional e histórica mas eu não milito mais. Mas a gente tentava Ter uma pauta, o TEZ foi sempre muito atacado um grupo de classe média não tem base, não vai pros bairros, eu sempre... eu achava que o TEZ tinha que mexer nessas políticas públicas mesmo Ter propostas né no movimento e no próprio parlamento né, agente , quando eu fui candidato, o TEZ eu não me lembro mas acho que não fechou questão em cima da minha candidatura sabe essa questão me permitiu maior liberdade de ação. Quanto a fragmentação e sempre assim os grupos vão crescendo vão se fragmentando vão tendo outras leituras. Hoje têm várias entidades aqui em Campo Grande nem sei te declinar os nomes mas têm várias entidades algumas num tem nem muita expressão ainda. As pessoas tem suas próprias necessidades ...mas o TEZ foi quem deu a linha né, o Tez atuava com outras entidades , Pastoral do Negro, é Conselho do Negro, disputava com o movimento social né, o Estado criou alguns aparatos para tá atraindo algumas lideranças mas o TEZ não perdeu hegemonia no processo não ,sempre ele conseguia através dos eventos que ele promovia, dos quadros ele tinha conseguia dar a linha né, dava o mínimo de unidade pra essa fragmentação que é real que vai continuar existindo e que tem, que é pra formar consenso o Tez sempre foi capaz de formar alguns consensos.

6)-No Partido dos trabalhadores, vocês do TEZ conseguiram trazer o debate das questões raciais, inclusive as primeiras propostas de ação afirmativa, como foi esse processo?

Eu me lembro quando me elegi pelo Pt , num encontro de 93 o pessoal para contrapor eu disputei com o Zeca, meu grupo, nós perdemos pro Alex, eles cantavam bem assim pra mim: “Partido de massa de todas as raças”, porque eles queriam dizer que eu só expressava a raça negra então, daí a gente foi mostrando que não era bem assim. Como se o Zeca representasse o universal e eu o particular. Eu dizia: olha a gente não pode tratar essa coisa de forma universal tem que precisar melhor porque a gente está lidando com homem mulher, negro. No TEZ a gente tem essa questão de raça e gênero também. A gente teve momento de discutir a questão da mulher negra a questão de sexo também. né. Isso justamente ajudou na nossa luta e o mandato também eu fiz várias promoções com a questão de gênero , filiação das mulheres ao PT, sabe enfim...

O fato de eu usar a palavra na minha primeira campanha pra vereador eu apareço de bata e e dançando reagae com as mãos levantadas esse foi meu cartaz usando o estilo do Spike Lee né, “Faça a coisa certa” era o meu cartaz”. Eu me elegi vereador sabe eu sempre dei muita festa, a “Festa Coisa de Negro”, festival de rap e agente levou isso pro PT, o PT tinha aquelas aberturas... e a gente começou a botar capoeira na abertura dos encontros do PT começou a colocar essas festas juntar a questão lúdica com a questão política um ritual místico e a gente foi ganhando espaço dentro do partido né, aí fui eleito vereador, deputado, deputado federal mais votado. Então quando foi compor o governo do Zeca eu não tive uma participação direta porque o jogo do poder eu ainda não tinha aprendido.

Inegavelmente o PT de Mato Grosso do Sul ficou mais sensível à questão racial, o PT criou secretaria de combate ao racismo então a gente foi influenciando, aquelas aulas de cidadania ligada à questão racial, todo 13 de maio protestar contra a história da libertação como uma dádiva , criar a semana da consciência negra em novembro acho que isso tudo foi importante para setores como a educação. A Lucimar é uma das grandes e a Ana (Sena) também que trabalhou no CNEC (Comunidade Nacional de Ensino ). O Dr. Aleixo também ensaiou medidas de combate ao racismo. Ele tinha uma política de empregar muitos negros na educação. Ele tinha uma política de compromisso, de empregar negro, de ter funcionário negro, acho que é uma figura central nesse processo.

Quando Secretário, na verdade eu incluí na agenda do governo a questão racial o governo em várias questões, na educação estava muito... não tinha uma ação efetiva e eu como parlamentar aliás o meu mandato discursava mandava projeto pra cá, as matérias apareciam mais na Folha, no Globo, do que nos jornais locais, os jornais locais, quando eu fui deputado

federal achavam que a questão racial não era uma questão importante achavam que deputado federal tinha que trazer recursos. Como eu era um deputado de oposição eu coordenava a frente parlamentar Brasil-África, agora o Lula, sancionou um projeto que é da Ester Gross e de minha autoria incluindo nos currículos escolares a História da África, virou lei.

7)-Como você avalia a entrada da questão das etnias na Constituinte Escolar?

Eu não acompanhei de perto essa questão da Constituinte Escolar, eu tava em Brasília, não estava no governo. Eu entrei no governo em outubro de 2000. Eu não sei precisar como foi esse debate.

8)-Como você avalia a implementação de ação afirmativa em educação?

Não sei, na ACP eles vão realizar vários eventos , treinamento de professores negros, eles têm articulação mas, não sei te precisar. Como secretário de governo eu lidava com vários assuntos ao mesmo tempo né então, até o Movimento Negro sempre me cobrou apesar da força que eu dei, sempre achavam que eu me entregava muito a outras coisas eles me cobravam a questão racial só que tinha época no governo que eu lidava com todo os problemas segurança pública, greve de policial então... No caso a capacitação de professores foi a melhor coisa, criou outras lideranças, descentralizou o trabalho, fez o combate ao racismo ganhar novos adeptos nesse sentido, foi um trabalho de massificação mesmo mais pessoas tocaram nesse ponto alguns tiveram contato com isso né, acho que foi relevante. Por isso acho que na educação criou um clima melhor acho que o retrocesso vai ser menor sabia, acho que tem mais adeptos dessa questão sabe , eu tenho essa sensação mas é minha intuição. Em outras área , na segurança pública os caras iam meio que na marra nas reuniões, saúde mas, na área de educação é uma área que eu tenho a impressão não vai ter tanto retrocesso assim, não sei se é a minha torcida né.

9)-Como que surgiu a idéia da interlocução, e como foi o processo de implementação da Coordenadoria de Políticas Públicas para Negros na Secretaria de Estado de Governo?

Quando eu vim pro governo eu vim como Chefe da Casa Civil, como o principal secretário e tinha muita crise no governo então eu entrei na agenda do governo sendo sempre um bom negociador tinha muito respaldo com o movimento social eu tinha um cacife tanto é que eu tive um desgaste muito grande , de certa forma todo aquele lado denúncia de corrupção bati de frente com isso aí, tive um desgaste político muito grande com o governo. E nesse processo todo tinha a Coordenadoria da mulher né e a Lucimar me cobrou vamos ter uma

Coordenadoria do Negro vamos eu levei pra minha assessoria pessoas negras, a Lucimar para trabalhar com a questão racial na Casa Civil, no núcleo do poder mas, mas ainda não tinha o apoio da Coordenadoria aí a Lucimar me cobrou, “ vamos criar uma Coordenadoria vamos institucionalizar, a passagem por aqui, é breve ”, sabe aí ela me convenceu da gente criar uma Coordenadoria. Porque o governo tinha acabado com muitos cargos comissionados, tinha feito uma reforma e mandou muita gente embora e aí eu tive um pouco e de medo de criar a Coordenadoria porque implicava em criar cargos né, mas eu fui convencido e aí a gente acabou criando a Coordenadoria aí passavam recursos , trouxemos a assessoria do Edson Cardoso, mandava carta para o secretário do governador dizendo que tinha que comparecer nos eventos eu tinha poder para isso, eu joguei muito peso nesse sentido isso é importante especialmente nas aberturas. O convênio que foi feito com a Fundação Ford, ele acabou ficando impressionado com a questão do negro. A gente usava muito esse poder. Era um trabalho de convencimento mas, tinha que mandar os caras, se não, os caras não mandavam os representantes. A idéia era ter uma Coordenadoria que pudesse interagir com todos os órgãos do governo, não criar só uma estrutura que fosse muito digamos assim, burocratizada que tivesse diálogo com todas as políticas públicas. Então a Coordenadoria e a criação do Programa de Superação das Desigualdades Raciais envolveu um processo de todas as secretarias, entidades e todos os órgãos que tiveram que mandar representantes. Eu usei também muito esse meu poder de negociação de pressão política de poder falar em nome do governador pra pressionar pra que os segmentos levassem a sério né, meu papel foi muito de bastidores também.

10)-Podemos dizer que o fato das pessoas não darem tanta importância a questão racial pode-se dizer que se deve ao mito da democracia racial.?

Fica, tanto é que com a minha saída do governo quando perco a eleição, e saio do governo, a questão racial no governo reflui, há um retrocesso. Claramente, a Coordenadoria hoje eu particularmente, do ponto de vista da publicidade, na verdade, a Coordenadoria teve um retrocesso claramente. Tornou-se um tema marginal no estado, eu lamento profundamente, voltou a ser um tema periférico mesmo, o que significa que infelizmente era fruto mais de uma de uma coisa assim conjuntural de ter um secretário da Casa Civil negro né, tanto é que agora no governo a questão racial volta a ser uma questão bem periférica mesmo, esse governo não dá muita bola pra questão racial

11)-O fato da questão racial num dado momento passar a fazer parte da agenda do governo e num segundo momento se tornar uma questão periférica na estrutura do poder é histórica. Isso aconteceu em São Paulo na década de 80, quando Franco Montoro saiu do governo. A questão racial lá também deixou de ter o mesmo valor que tinha especialmente, o trabalho desenvolvido na educação. Em outro local, no governo municipal de Belo Horizonte, esse fato também veio a se repetir, com a mudança de governo . Você não acha Ben-Hur que o Movimento Negro em Mato Grosso do Sul, o TEZ e demais entidades negras deveriam ter levado em conta as experiências anteriores, com o poder público, para poderem superar essas dificuldades? O que você acha que está faltando ao Movimento Negro especialmente o local? Na verdade, as políticas públicas aqui tinham um peso pessoal, tinha muito assim de uma empolgação de um pessoal que estava no poder: eu na Casa Civil a Lucimar. Com a minha derrota tanto para vice-governador como para Deputado Estadual, de certa forma as temáticas que eu era portador que eu trazia para dentro da agenda do governo tentava não trabalhar com a questão periférica , estas temáticas também perdem tanto que esta não é uma derrota só minha, é a derrota de uma postura de uma estratégia em relação ao poder . O que o governo tem que enfrentar então com a minha derrota de certa forma, facilita esse deslocamento da Casa Civil para outra Secretaria, perde o status a Coordenadoria e hoje mesmo eu tive a informação que a Coordenadoria está paralisada. Perdeu tudo, e estão até se articulando para tirar a coordenadora, os caras não estão nem aí. Então não sei se eu entendi o que você estava falando se agente já devia ter visto estes outros exemplos de São Paulo de Minas Gerais mas, como diz o outro, não tava na perspectiva que eu fosse perder a eleição, na verdade a gente admitia que no segundo governo fosse aprofundar essas questões né.. Daí que me frustrei de perceber que essa política talvez não tenha sido assimilada como ela deveria. Talvez tenha ficado o gostinho de não Ter conseguido realmente em que pese ter a Coordenadoria ter discutido orçamento, planejamento. Ter capacitado secretários tudo mas é que política a gente faz com pessoas também enfim , tá faltando um interlocutor quem vai bancar isso dentro do governo de novo. Quem vai chegar e falar assim que isso é importante. Porque eu já fui chefe da Casa Civil e sei como é que funcionam essas coisas. Tem coisa que o pessoal nem dá bola. Por exemplo a questão carcerária no Mato Grosso do sul, é uma vergonha, ninguém da bola pra isso. Nem eu quando era Secretário, é um peso na minha consciência num consegui levar essa discussão à sério. Porque é tão conservador o governo pra algumas coisas a sociedade quer tanta violência que pautar a questão de preso, é coisa que ninguém dá muita bola. Esse governo é igualzinho aos outros , senão for pior na questão carcerária. Foi um tema que eu não consegui pautar, mas a questão racial eu consegui pautar, outras temáticas também, de

violência contra travesti, a conseguiu organizar a associação dos travestis mas mostra que tem que combinar idéias com interlocutores também, é importante inclusive dos mandatos políticos. Por isso é importante institucionalizar a luta, faltou apoio dos outros grupos negros? É eu acho que a gente não constrói bem o processo de hegemonia mesmo, acaba que sendo uma coisa que não consegue se ramificar, não tem capilaridade, agente acaba tendo apoio é de outros movimentos.

12)-Você não acha que a questão do negro, ainda está centralizada no movimento?

Há um certo isolamento da nossa luta ainda, ou seja, parece que ainda não há uma compreensão da questão racial. Ela ainda é feita por abenegados, uma coisa ainda muito pontual não consegue dialogar, formar aliança com outros movimento talvez por isso, essa fragilidade, avançar e recuar. Aqui em Mato Grosso do Sul, é um caso de retrocesso visível. Mas na história do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, ninguém articulou tantas propostas, como o Tez, nós somos propositivos. Mas quem é propositivo se expõe também o pessoal do movimento os outros grupos fazem oposição a gente mas é direito deles isso é democracia, mas inegavelmente nós articulamos um conjunto de propostas. Procuramos ocupar um espaço na máquina pública. As vezes o pessoal continua a tratar com o movimento social só fica reivindicando. Nós fomos além da reivindicação nós somos propositivos, nós demos um salto de qualidade, é verdade. Nós conseguimos é passar daquele chororô, da constatação pra propostas mesmo de políticas públicas. Talvez a história mostrou que faltou enraizar, articular melhor para não permitir que houvesse um retrocesso. Mostrou que, na verdade, a nossa discussão era muito frágil em pouco tempo, seis meses, menos de seis meses, do novo governo, a Coordenadoria está no ostracismo. Nesse sentido eu reconheço a falha, talvez a nossa impolgação, achando que todo mundo já estava convencido, essa questão da hegemonia né. Então Ben-Hur o envolvimento ficou restrito ao TEZ? O que ocorreu foi que o envolvimento foi de gente que estava dentro do governo aproveitando a experiência do TEZ, eram quatro de dentro do governo que tinham experiência com o movimento social, tinham uma idéia de como funcionava a máquina pública. A gente conseguiu ter um diagnóstico de como atacar em diversas secretarias, esse é um tema transversal, tem uma perspectiva ampla então, alguns setores, não assimilam isso, são imediatistas muito pontuais. A gente estava lidando de uma forma ampla, a gente detectou que em tudo no governo, dá pra fazer uma discussão sobre o prisma racial. Sabe a gente colocou a questão racial no centro da nossa análise e, ela era o elemento da contradição, ajudava a entender o real. A gente colocou o combate ao racismo, a superação das desigualdades raciais, como uma condição estratégica para dialogar com todas as facetas do governo, é uma política avançada. Mesmo que vocês

tenham buscado ampliar a atuação Ben-Hur, concretamente, o que acabou prevalecendo foi o trabalhado na educação. Concordo, que foi a educação, já tinha um acúmulo maior na educação a gente tem muita luta em torno do livro didático, em torno dos conteúdos, enfim, trabalha a questão da auto-estima então, são questões que a gente tem um acúmulo maior. Confesso que a gente tinha muito pouco na saúde, ou na área de habitação, mais assim mesmo o que importa é que teve um esforço de ampliar por exemplo no mercado de trabalho a gente pensou umas coisas.

13)-Como você avalia o Programa de superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul.

O Programa ele nasce inovador, nasce amplo abrange as áreas de habitação meio ambiente, saúde, educação enfim, nasce forte, atraímos o setor indígena fizemos uma conferência, trouxemos a Benedita da Silva saiu na mídia conseguimos. Só que essa questão da mudança de composição de governo, a Coordenadoria foi composta nesse segundo momento pra fazer frente.... Além de eu sair derrotado na eleição, a Coordenadoria que é montada depois é montada um pouco baseada no processo de continuar com que as pessoas que tivessem qualquer proximidade comigo não continuassem a frente da Coordenadoria .Você perde um acúmulo do que vinha sendo debatido, você tem um corte muito bruto perde a continuidade.

14)-O que você sugere como estratégia para que esse programa de ação afirmativa tenha de fato o alcance desejado?

Primeiro tem que passar por um grande processo de avaliação. A Coordenadoria tem que avançar pra um processo de ter dotação orçamentária que não tem. A Coordenadoria tem que rever suas metas, voltar o processo de articulação com a sociedade civil, aí o grupo Tez tem que cobrar do governo. Tá faltando cobrar do movimento social talvez, como você disse, a gente avançou tanto que, a gente se isolou. Então a gente perdeu base social, porque não adianta só travar a luta política na esfera do governo. Tem que haver uma pressão de fora pra dentro do governo. Então talvez um dos caminhos, é o movimento social voltar a cobrar do governo, dialogar e avaliar pra ver se consegue avançar.

## Entrevista com Pedro César Kemp Gonçalves em 25 de junho de 2003

1)-Como avalia o movimento que antecedeu o ingresso da temática racial na Secretaria de Estado de Educação?

Quando o governador me convidou para assumir a Secretaria de Estado de Educação eu tive assim o cuidado de buscar experiências onde o PT já tinha administrado prefeituras, o governo do distrito Federal né, eu formei um grupo grande de professores e educadores ligados ao PT pra gente elaborar uma proposta que fosse fruto desse acúmulo do partido e da nossa militância. Aí nós elaboramos então, uma proposta para a Secretaria de Educação que nós tínhamos como eixo, tratar dos movimentos sociais também. Quer dizer, a Secretaria ela estaria eu não diria eixo, eu diria, como uma das prioridades da Secretaria, estabelecer uma relação mais próxima com os movimentos sociais. Você sabe da minha militância, nos Direitos Humanos, eu trabalhei também com o Movimento de Meninos de Rua. Tinha uma aproximação com o pessoal da terra, do Movimento dos Sem Terra. Então, a gente tinha essa sensibilidade na Secretaria de Educação, de estar dialogando com estes movimentos. Aí, no começo na Secretaria, eu fui muito procurado pelo Fórum da Terra, pelo MST para a gente discutir a Educação no Campo na área rural. Depois, fui procurado pelas Instituições de Educação Especial, e também o Movimento Negro, eu fui procurado por militantes do Movimento Negro que reivindicavam uma atenção especial pra questão racial, que a Secretaria não poderia numa proposta do PT, de um governo popular, alheio a questão do Movimento Negro. Foi aí que a gente então resolveu dentro de uma discussão maior, fazer uma alteração da estrutura da Secretaria de Educação adequando melhor à nossa proposta, nas várias diretorias e coordenadorias que nós tínhamos e aí, surgiu então a idéia de criar uma coordenadoria nova, pra mim era a menina dos olhos, nossa, é a Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação. Essa Coordenadoria ela ficaria responsável pela Educação básica do Campo, ficaria responsável pela Educação Especial, pela Educação de Jovens e Adultos, e também da Educação Indígena e da Equipe de combate ao racismo nas escolas. Esta Coordenadoria tinham como finalidade atender essas especificidades, como que a Secretaria de Educação poderia atuar numa perspectiva da inclusão social pra que esses segmentos sociais pudessem participar mais efetivamente da vida, da sociedade e a educação como um instrumento à mais na conquista de melhores condições de vida para estes setores. A Equipe de Combate ao Racismo nas escolas, ela surgiu de uma iniciativa do Movimento Negro, quer dizer, eu fui muito cobrado pelo Movimento Negro pra que a gente pudesse desenvolver um trabalho específico nesta área. Como a gente tinha já essa sensibilidade para essas questões, então nós criamos essa equipe na Secretaria porém, eu quero dizer que nós tivemos dificuldades no início para implementar o trabalho.

2)- Segundo uma técnica, o senhor não entendia o que o eles e os militantes do Movimento Negro pretendiam fazer.

Exatamente esse é o ponto da dificuldade, dos conflitos que nós tivemos no início. A questão foi a seguinte: Essa Coordenadoria, era a menina dos olhos porque pra mim, ela fazia diferença na proposta do PT, na área de educação. Nessa Coordenadoria, quando eu falei Educação Escolar Indígena, nós tínhamos um setor organizado com uma proposta já pra ser implementada pela Secretaria, quando a Secretaria abriu o espaço da Equipe de Educação Escolar Indígena, e convocou esse pessoal para discutir, então a proposta foi discutida e encaminhada e implementada com mais tranquilidade porque já havia uma certa clareza de como desenvolver o trabalho. Na Educação Especial, nós também já tínhamos um acúmulo e muitas pessoas envolvidas nessa discussão, no PT, então foi muito mais fácil. Na Educação Básica do Campo, nós fizemos uma conferência regional com o Movimento dos Sem Terra,

Pastoral da Terra, vários movimentos sociais, e eles já tinham, inclusive, uma proposta. Então nós discutimos enquanto Secretaria com o movimento e praticamente nós encampamos a proposta do movimento de luta pela terra. A política de Educação básica do Campo, nos foi dada pelo movimento social. A questão da Educação de Jovens e Adultos, a mesma coisa. Agora quando nós discutimos com o Movimento Negro, foi diferente, porque, porque eles exigiam da Secretaria uma proposta e, a proposta de Secretaria era construir essa proposta na relação com o movimento. Então eles me procuravam e perguntavam: “Secretário qual é a política para as comunidades negras, qual que é a política para a superação das desigualdades raciais, qual é a política de combate ao racismo que, a Secretaria de Educação tem pra nós implementarmos?” E eu dizia pra eles o seguinte: “Olha, nós não temos esse acúmulo, é uma discussão nova pra nós, eu como secretário como educador não tenho acúmulo nessa área, experiência, e eu quero dizer pra vocês que eu tenho vontade, o desejo, vontade política de desenvolver essa proposta mas, essa proposta, nós vamos ter que construir coletivamente,. Eu estou abrindo espaço , na Secretaria de Educação pra nós formarmos uma equipe com pessoas indicadas inclusive, pelo Movimento Negro pra nós construirmos juntos essa proposta de trabalho”. E aí abrimos o espaço, contratamos uma pessoa depois a equipe foi sendo ampliada mas, o pessoal parece que não entendeu muito bem qual que era a proposta da construção coletiva. A todo momento eles voltavam no meu gabinete cobrando, “mas e aí qual que é a proposta da Secretaria?” O que eu às vezes achava engraçado, é que a própria equipe responsável pelo trabalho, pela elaboração da política vinha perguntar pra mim, qual que era a proposta, sendo que a equipe é que estava responsável por elaborar a proposta. Então eu até em uma das reuniões disse assim: “ Vocês estão aqui justamente pra responder essa pergunta, qual é a proposta ?Porque nós não temos acúmulo, nós não temos ainda experiência, é uma proposta totalmente nova na Secretaria. Então realmente, é em relação aos outros grupos, aos outros movimentos, nós já tínhamos uma proposta mais clara e um acúmulo. E, em relação ao trabalho dessa Equipe de Combate ao Racismo, nós não tínhamos, e o pessoal esperava muito que a gente dissesse qual que era a proposta de trabalho. Essa foi a maior dificuldade no início da implantação da proposta.

3) Na entrevista com a técnica, pareceu que não havia vontade política.

O pessoal chegou a colocar isso pra mim, sabe, numa das reuniões, nos abrimos o jogo e eu falei: “pessoal vamos conversar com bastante franqueza o que está acontecendo que vocês vem cobrar todo tempo de mim.e aí o pessoal colocou isso: “ah! nós estamos achando que na verdade a Secretaria tem resistência que, falta apoio político, nós precisamos de mais estrutura de trabalho, não estamos tendo não temos equipamentos, computadores, a equipe precisa ser ampliada, então, eu dizia o seguinte: “olha primeiro nós precisamos definir qual é a nossa proposta de trabalho, nossa política ainda a equipe não formulou a proposta de trabalho. Como é que a gente vai ampliar a equipe, destinar recursos equipamentos pra uma proposta que ainda não existe”. Então, eles chegaram a colocar isso pra mim, achando que em alguns momentos eu não dava prioridade, que a Educação Indígena deslanchava que era uma beleza, já tinha curso de formação de professores, já tinha uma série de ações acontecendo, a Educação Especial lá na frente, a Educação Básica do Campo fazendo congresso, capacitando professores e, eles parados.

4)-E com relação a participação tardia da Equipe de Combate ao Racismo na Constituinte Escolar?

O problema que aconteceu é que nós não tínhamos uma proposta elaborada pelo partido ainda pelo partido ainda, na área da educação, na campanha eleitoral não tínhamos feito muito essa discussão específica pra a área de educação. Quando o governador nos convidou pra secretaria nós não tínhamos ainda uma proposta clara elaborada e ela foi sendo construída

nessa relação com o movimento, o Movimento Negro. Então eu acho que como os outros movimentos já tinham propostas claras tinham algumas políticas mais elaboradas, ficava parecendo que a Secretaria dava prioridade para essas outras e não dava importância pra equipe de combate ao racismo que ela merecia. Mas, o que na verdade aconteceu, é que a equipe demorou a entender que ela mesma que deveria construir essa proposta elaborar uma proposta pra Secretaria. Porque a Secretaria não tinha isso pronto, era uma coisa totalmente nova.

5)-A entrevistada relata que houve muita pressão do Movimento Negro, inclusive, afirma que em decorrência de uma carta de um professor do interior do estado, enviou para a Secretaria de Educação, esse professor relata que uma aluna, lesou o próprio corpo querendo tirar o sangue negro que corria dentro dela. E que diante desse fato, o Movimento Negro se manifestou e cobrou do Secretário de Educação, uma postura e que a partir das muitas pressões incluindo esse caso, o secretário aceitou discutir a temática racial

Eu não considero bem isso não, senão eu vou confirmar a tese de que eu não estava dando importância. Na verdade, eu acho, eu hoje, graças a Deus eu tenho o reconhecimento do Movimento Negro, do Trabalho que a gente desenvolveu. Na Assembléia que eu consegui com apoio do Movimento Negro é claro, aprovar a lei que estabelece cotas para negros na Universidade Estadual, fizemos audiência pública juntos... Eu acho que estava muito motivado na época, como Secretário de Educação, pra desenvolver esse trabalho, inclusive, eu me reuni com a Equipe várias vezes dando sugestões, “ olha pessoal eu acho, no meu entendimento eu não tenho acúmulo nessa área”, eu fui muito sincero e “nunca fui militante do Movimento Negro mas eu acho que trabalho deveria caminhar dessa forma, a política deveria ser mais ou menos assim. Eu, espero que vocês militantes do Movimento Negro que tem mais conhecimento do que eu, possam aprofundar essas idéias e elaborar uma política pra esse setor pra nós desenvolvermos. Então, eu fui sempre muito franco com o pessoal só que, olha o absurdo, essa reunião que você está se referindo, carta que elas me entregaram, eles levaram militantes do Movimento Negro na minha sala, e a Equipe de Combate ao Racismo que é Secretaria de Educação, foi pra reunião como se fosse parte do Movimento Negro, então eles entraram na minha sala, cobrando do Secretário e, quando eles terminaram de falar eu falei assim: “vocês aqui da Equipe da Secretaria de Educação estão cobrando de mim aquilo que vocês deveriam estar apresentando hoje para o Movimento Negro”, você entendeu, eu não aceito eles falarem que depois dessa reunião, da carta é que eles me sensibilizaram. Nessa reunião eu acho, que consegui deixar claro, pra eles que naquele momento, aquelas professoras, não podiam estar ali falando como Movimento Negro, mas elas eram Secretaria de Educação. É claro que estava na sala o Zezão, a Raimunda, o Dr. Aleixo Paraguassu, tinham outras pessoas eu falei: “essas pessoas aqui estão como Movimento Negro agora, vocês estão aqui como Secretaria de Educação então, vocês nesse momento tem a responsabilidade de dar uma resposta para o movimento porque vocês são funcionários da Secretaria, responsáveis por uma política da Secretaria de Educação”. Eu acho, que a partir desse momento a gente começou a fazer distinção entre o militante e o técnico da Secretaria de Educação responsável por dar respostas para o movimento. Tivemos problemas com a Dina, ela tem uma personalidade difícil, depois ela foi substituída, pra mim, depois deslanchou mais os trabalhos. Foi basicamente isso que aconteceu, houve uma confusão eu diria assim, no começo por parte dos técnicos da Secretaria de qual era o papel deles naquele momento porque o pessoal tinha vindo do movimento social , do Movimento Negro, e não conseguia entender que, lá na Secretaria eles eram representantes do governo, da Secretaria de Educação e que eles tinham que elaborar uma política e apresentar na sociedade. E, elas iam na minha sala, cobrar do Secretário, qual que era a política, como se o

Secretário tivesse que ditar todas as políticas e, o papel dos técnicos seria então, só executar o que o Secretário falava.

6)- De acordo com o Texto Base do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, na página 35, a proposta do Movimento Negro de incluir no currículo escolar a disciplina que trata da História do Negro no Brasil, foi considerada em desacordo com os princípios e diretrizes da Escola Guaicuru,. Como avalia esta questão já que o Estado, investiu na educação indígena, dando-lhe destaque?

O que eu acho é o seguinte, a questão da Educação Escolar Indígena, ela trabalha diferente, ela trabalha levando em conta os elementos da cultura, aspectos específicos de cada etnia, tem uma proposta de fazer a educação formal mas, levando em conta as especificidades de cada etnia. No caso fazer uma alfabetização bilingue, valorizando os elementos da cultura, resgatando a verdadeira história do Brasil. No caso essa proposta que você está levantando aqui, ela foi rejeitada, na Constituinte Escolar porque ela fala em criar uma disciplina entendeu, a Educação Escolar Indígena, ela é uma proposta pedagógica mais ampla . A questão de criar uma disciplina de combate ao racismo, a Secretaria entendeu à época que não caberia Ter uma disciplina, uma matéria na escola no currículo de combate ao racismo. Que essa política de combate ao racismo deveria permear todas as disciplinas todo o trabalho pedagógico, toda proposta pedagógica da escola. Porque senão você trataria como matéria, aí o aluno chega e fala a agora eu tenho aula de combate ao racismo então, você já fragmenta a discussão, teria uma matéria decorativa para fazer prova e passar de ano. A proposta não era essa, a proposta era inculcar novos valores, fazer uma discussão de direitos humanos, como um tema transversal que pudesse permear todo o trabalho da escola . Então a Secretaria entendeu que não deveria criar uma disciplina, mas, deveria ter uma política de combate ao racismo que pudesse por exemplo quando você estivesse capacitação dos professores, esse tema tivesse presente. Quando você tivesse uma atividade na escola, dentro do calendário escolar, utilizar a data do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, que normalmente a escola não lembra, ela lembra do 13 de Maio, da Princesa Isabel, Abolição da Escravatura mas, dentro daquela visão distorcida da História. Então que a escola pudesse inserir na proposta pedagógica, temas que com isso você fosse resgatando a verdadeira História do Negro no Brasil, a História da discriminação, da segregação que fosse trabalhando a questão da cidadania mas, num contexto geral e não, como uma matéria, como uma disciplina. É por isso que essa proposta foi rejeitada.

7)-Como avalia o Programa de Superação das Desigualdades Raciais do Estado de Mato Grosso do Sul implementado no governo do PT?

Não conheço muito à fundo, conheço algumas coisas. Esse programa é posterior eu acho até que a Secretaria de Educação foi pioneira, dentro do governo d o PT nessa discussão. Nós criamos, inclusive o pessoal do Movimento Negro, sempre colocava, reconhecia isso, olha a Combate ao Racismo nas escolas então, eu diria assim que essa propsota de superação das desigualdades raciais, ela foi posterior e muito em função da vinda do Ben-Hur para a Secretaria de Governo. Porque esta proposta foi elaborada, sob a coordenação da Secretaria de Governo, na Casa Civil, eu diria que muito em função do compromisso do Ben-Hur, da militância dele, da história dele no Movimento Negro. E ele teve essa sensibilidade de criar lá

na Governadoria, na Casa Civil, a uma Coordenadoria de Políticas Públicas para Negros, então foi criada esta coordenadoria posteriormente. Até o Ben-Hur dizia par nós a Secretaria de Educação já tem esse trabalho lá. Mas nós precisamos estender para todos o governo para todas as áreas. Então foi criada a Coordenadoria lá na Secretaria de Governo e aí que nasceu esta política de superação das desigualdades raciais. Eu diria assim que muito pela sensibilidade do secretário. Que é um trabalho político que veio do Movimento Negro. Agora a política em si, foi um avanço, tive conhecimento, estive no ato de lançamento. O que faltou, foi mais investimento, recursos mesmo, para fazer acontecer como deveria então mas, acho que foi um primeiro passo, o governo acho que demarcou nessa área. Mas é preciso registrar que faltou depois um investimento maior, destinação de recursos orçamentários para que as ações pudessem ser implementadas e, eu acho, que o Movimento Negro precisa continuar pressionando o governo. Porque como o orçamento é bastante apertado, então acaba levando recursos quem tem mais força, quem tem mais poder de pressão. E eu acho que o Movimento Negro precisa continuar organizado, pressionando o governo para destinar os recursos para as ações saírem do papel.

8)- No final de 2002 como Deputado Estadual apresentou Projeto de Lei onde defende a implantação de cota para negros ingressarem nos cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Como avalia a política de cotas?

Quando eu fui para a Assembléia, o Movimento Negro, já me via como parceiro. Foi até uma conquista da minha parte, eu naquele primeiro momento na Secretaria de Educação algumas pessoas tentando me provocar e a todo momento eu dizia: “eu sou um parceiro quero trabalhar com vocês nessa perspectiva mas nós vamos construir isso coletivamente, eu preciso aprender com vocês” então, depois de muito tempo que as coisas já estavam acontecendo que o pessoal percebeu que a gente tinha vontade de fazer um trabalho sério, então a visão do Movimento Negro a meu respeito passou a ser outra. O pessoal realmente passou a me ver como um companheiro. Então eu tive presente em várias atividades do Movimento Negro. E aí quando eu assumi a vaga na Assembléia Legislativa, eu recebi lá a visita de representantes do Movimento Negro e da Coordenadoria do Negro, essa da casa Civil. Eles me colocaram a proposta de discutir a questão da Lei de cotas para negros na UEMS. Naquele primeiro momento, eu confesso, para você que eu tinha dúvidas em relação a esse projeto. Essa proposta mais uma vez eu fui estudar procurar conhecer mais à fundo, e acabei me convencendo e hoje, eu sou um árduo defensor da política de cotas das ações afirmativas de um modo geral. Apresentei o Projeto, o projeto encontrou muitas resistências

na Assembléia, para você ter uma idéia, a Comissão de Constituição e Justiça que é a primeira comissão a analisar o projeto, ela quase que rejeitou por unanimidade. De cinco membros da comissão quatro votos contra e um à favor apenas. Então o projeto quase nem chegou a tramitar por conta disso. Nós conseguimos derrubar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no plenário conseguimos aprovar depois por unanimidade dos votos dos deputados, graças ao Movimento Negro, que se fez presente no dia da votação, nós fizemos uma grande mobilização e mais uma vez, fizemos um trabalho conjunto, Deputado, Movimento, pessoas da comunidade, da Universidade e nós conseguimos fazer uma pressão legítima sobre os deputados e acabou sendo aprovado por unanimidade o projeto. Transformada em Lei n. 2605 de 6 de janeiro de 2003 que prevê 20% de cotas para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Nesse dia foi tão bonita a votação, tão bonita a sessão a presença daqueles representantes todos, das Comunidades Negras, de Furnas de Dionísio, Comunidade de Tia Eva, Grupo TEZ, Secretarias a representatividade muito grande, diria pra você que foi o dia mais emocionante da minha vida de parlamentar. Fiquei contente porque foi um trabalho conjunto, nosso gabinete, e o Movimento Negro. Foi uma construção coletiva, a votação só aconteceu porque a casa estava cheia porque, a gente tinha a pressão popular e depois eu me senti naquele dia, como um instrumento ali dentro alguém que estava sendo útil pra uma causa tão grande tão nobre que é a gente lutar pela democracia racial por um país mais justo socialmente. Foi uma votação bastante sofrida foi bastante difícil de convencer os deputados mas, o resultado foi assim muito gradificante e os negros começaram a dançar, comemorando, as pessoas chorando, foi muito bonito eu me senti naquele dia realizado como parlamentar. Tenho uma relação muito boa com o Movimento Negro. Eu inclusive no final do ano recebi o Prêmio Zumbi dos Palmares do grupo TEZ e sou sempre convidado pra participar dos eventos das reuniões e nós estamos sempre fazendo atividades em conjunto. Agora a UEMS está regulamentando a nossa lei, pro próximo vestibular, estão acontecendo debates nas unidades da UEMS no interior. Eu fiz uma audiência pública, no mês passado, lá em Dourados, para gente discutir essa regulamentação da lei. E fizemos em parceria com o Movimento Negro e com a Universidade Estadual. Então, como eu falei pra você a nossa relação hoje é de total confiança de cumplicidade, de muito respeito, então foi uma conquista. Eu já tinha uma relação mais próxima com eles, agora com o com o Movimento Negro, é aquilo que eu ti falei eu não tinha esse envolvimento, e desde o início eu me coloquei como um aprendiz, eu falava: eu preciso aprender com vocês, e quando eu falo isso, não é porque eu tô colocando dificuldades na

nossa relação ou resistências. Eu precisava aprender, eu tinha dúvidas sobre uma série de questões. Eu acho que agente acabou estabelecendo uma relação bastante produtiva.

9)- Como avalia a maneira que o Movimento Negro trata a questão racial na sociedade de classes?

Eu acho que o Movimento Negro tem uma dificuldade de fazer essa leitura mais ampla e histórica do problema. Veja bem, existe a discriminação racial, existe o preconceito é também uma questão cultural que nós precisamos levar em conta. Mas, nós precisamos também contextualizar essa questão na sociedade de classes. O negro também é na sua maioria, um trabalhador explorado e, muitas vezes, ele não têm seus direitos assegurados esses direitos são só formais estão só escritos na lei na Constituição porém, a sociedade capitalista não dá oportunidade a todos. E de um modo geral, e de um modo geral, o processo de colonização, o processo de construção de riquezas desse país, colocou mesmo a população negra, à margem foi uma população super explorada então eu acho que é preciso a gente fazer essa leitura da sociedade de classes a condição da população negra, dentro desse processo de constituição e construção de nossa riqueza material. Agora não podemos também desconsiderar a questão cultural a questão do preconceito e da discriminação. Então eu acho que o Movimento Negro precisa ter essa compreensão, mais ampla do problemas pra não ficar achando, fazendo uma avaliação dividindo a sociedade entre bons e maus, entre os coitados e os que são os opressores, os opressores e os oprimidos. Eu acho que a gente não pode ter uma visão reducionista do problema, acho que a gente fazendo essa discussão mais ampla da sociedade de classes, do sistema que é excludente, nós vamos ter uma compreensão mais ampla da luta inclusive que a gente tem que fazer tem que travar pra emancipar a população negra no Brasil.

10)-Esse é um caminho que ajuda a compreender que a política de ação afirmativa, é uma política compensatória, não é um instrumento revolucionário e transformador da sociedade.

É não é um instrumento revolucionário, com isso nós não vamos transformar a sociedade se constitui num instrumento à mais da luta geral então, eu vejo assim, nós temos que furar aquele círculo, quebrar aquele círculo vicioso, o negro ele é pobre porque não tem acesso à várias oportunidades, ele não tem acesso à várias oportunidades, porque ele é pobre. Ele não chega à universidade porque é pobre, e ele é pobre porque também não consegue cursar o ensino superior. Precisamos furar esse bloqueio dar oportunidade para que os negros possam chegar a universidade, possam conquistar determinados espaços, posições, profissões que tem

poucos negros hoje pra que? Pra que devagar a gente comece também dar oportunidades para a população negra ascender à espaços até então inacessíveis para pessoas negras. Mas, não que com isso nós estamos alterando a lógica do capitalismo. Aí a gente vai discutir ensino superior, não tem vaga pra todo mundo, o vestibular ele segrega também é um funil, deixa uma quantidade enorme de pessoas para fora não são só os negros que também não tem acesso as universidades. Mas entre aqueles que não conseguem, os negros são a maioria. É um instrumento de luta mas sabendo que é um paliativo mesmo, que não nos exime de fazer a luta maior da superação das desigualdades sociais da sociedade excludente que nós temos.

### Entrevista com Lucimar Rosa Dias em 09 de julho de 2003

1)-Quais os obstáculos enfrentados pelo Movimento Negro na implantação das ações afirmativas para negros, no momento da Constituinte Escolar?

Quando o governo assume o processo, na verdade, quando ganha a eleição, poucas pessoas ouvem a equipe que constitui o governo se pautou pouco pelo programa de governo. A gente na verdade lançou um outro processo que claro contava com a experiência de outros governos do partido mas, a gente começou o novo processo de discussão, na área de educação que foi a que eu participei. Então, os obstáculos que a gente enfrenta da relação Movimento Negro com o governo, primeiro tinha que ser considerado pra se construir esse processo. Nesse primeiro momento, é muito da equipe de governo que constituiu o programa. Se você não tem alguém que tenha a militância no Movimento Negro e que faça parte da equipe de governo, as propostas relativas à educação que são almejadas pelo Movimento Negro, correm o risco de não serem consideradas. Eu me lembro que para a gente construir a primeira cartilha da Secretaria de Estado de Educação e apontar acho que dezenove programas, a gente teve uma discussão boa sobre colocar uma questão específica que falasse do negro. Geralmente as pessoas querem falar em etnia, diversidade não querem dá nome aos bois. Quer dizer, nós temos um programa para a população negra. Então o primeiro obstáculo é esse ter pessoas dentro da constituição das equipes de governo que falem a linguagem do Movimento Negro porque a interferência nesse momento é muito difícil do movimento para o governo. Ele consegue interferir, *Movimento Negro*, (**grifo nosso**) depois que o governo já está atuando. Já está composto e realizando as suas propostas. Então isso o governo e o programa, e outro momento foi o processo da Constituinte Escolar. Aí já havia um amadurecimento maior da equipe, de governo na educação, eu já estava lá dentro da equipe, o que impulsionou bastante o processo porque eu não estava sozinha, eu era representante de um movimento que a muito estava trabalhando com a questão racial e educação então, isso ajudou.

A Constituinte foi um processo muito longo, demorado, que começou em 2000. Porque teve uma preparação interna dos próprios funcionários, técnicos da Secretaria de Educação. O professor Pedro trouxe pessoas do Rio Grande do Sul que já estavam com o processo implementado então a idéia nasce no primeiro ano, no primeiro dia digamos assim, do governo, da gestão Pedro Kemp, mas a execução, ela demora a acontecer porque tem toda essa preparação dos técnicos que precisa acontecer porque, não era possível realizar a Constituinte Escolar, só com a equipe que veio para a Secretaria, equipe nova, com os petistas, ela teria que contar com o envolvimento de mais gente para dar conta. Então teve um

processo interno de preparação que foi longo. E aí nesse processo interno de preparação, entrou a questão do trabalho que na época a gente chamou de educação afro, a gente não tinha muito bem que nome dar para esse caderno porque foram criados pra cada temática um caderno e aí esse tema também entrou pra ser trabalhado. Aí sim, dentro da Secretaria existe uma equipe de uma pessoa só para trabalhar com esse tema e que começou em 2000, por conta da nossa discussão interna. Então essa pessoa pra trabalhar na Constituinte, recorre ao Movimento Negro que tem uma participação grande do grupo TEZ.

O processo da Constituinte, no Congresso, foi um processo muito rico, você vê a manifestação das pessoas sobre a questão racial, você percebe o que está colocado, a gente teve grupos que professor ficou irritado porque a gente estava discutindo isso teve um professor que disse: “na minha cidade não tem discriminação racial”. Mas por outro lado você percebia outras pessoas interessadas querendo discutir. O caderno da temática racial, ficou pronto no final de novembro junto com o terceiro momento da Constituinte Escolar. A gente teve oportunidade de perceber e dialogar com todo o estado, porque, tinha representante do estado inteiro, e de poder constatar que os professores estavam preparados para essa temática. Teve um caso de um professor, diretor que relatou que na cidade dele de nova Andradina, uma menina de treze anos, ela cortava sua pele tentando se livrar do sangue negro não gostava do cabelo. Uma pessoa de boa vontade querendo ajudar e falou: “olha eu o que pude fazer, levei essa menina para conversar com uma outra pessoa negra, que eu conhecia e levei ela ao cabeleireiro para alisar o cabelo”. Essa atividade contou com a parceria do Movimento Negro, na Secretaria como só tinha uma pessoa que pertencia à equipe, e eu ou seja, duas pessoas capacitadas para discutir essa temática, isso não dariam conta de fazer trabalho em todos os grupos e aí a gente recorre ao grupo TEZ e pede a participação deles. Então o Movimento Negro aí foi muito importante, porque conseguiu também dialogar e conversar. Diante dessa situação desse caso, que foi emblemático, o grupo TEZ junto com o coletivo de mulheres negras, e com o ICAB (Instituto Cultural Afro Brasileiro) vai ao Secretário de Educação reivindicar mais gente para essa equipe, e pautado nessa discussão, do Congresso desse terceiro momento dizendo que existia um problema, inclusive a gente apresentou um relato para ele e nós precisamos de mais gente para trabalhar, foi quando o professor Pedro amplia a equipe de combate ao racismo na Secretaria. O Congresso foi importante porque impulsionou um processo dentro da própria Secretaria. Eu acabei compondo apesar de Ter o cargo de diretora de educação de ensino médio e depois de educação básica, eu tinha e tenho um compromisso mesmo com a questão racial e sabia que a equipe foi criada e não foi fácil o processo de criação da equipe, eu em particular que propus para o professor e enfrentei obstáculos que eu até hoje não consegui entender porque. Se você tem um grupo que é de esquerda que se diz favorável a esse tipo de luta, e mesmo com esse discurso, quando você propõe que se crie efetivamente uma equipe você enfrenta processos muito parecidos com pessoas que não acreditam nessa luta. Processo burocrático, : “Ah! Nós precisamos de um projeto apresente o projeto”. Fizemos o projeto, “Ah! O projeto não é assim, é de outro jeito”. A proposta foi tida como insuficiente. E aí o que a gente fez, acabou comparando como foi o processo de criação da equipe de Educação Básica do Campo que era o grupo ligado ao MST, e como estava sendo o tratamento nosso. Procuramos o pessoal que propôs a equipe da Educação Básica do Campo, e vimos que o projeto deles era muito menos elaborado que o nosso, era uma lista de proposições querendo dez pessoas, querendo pessoas formadas nisso, naquilo, e a gente tinha um objetivo, uma introdução tinha um projeto mesmo que sei lá se está lá na Secretaria ainda. Foi entregue. Nós tivemos obstáculos, pra mim, muito parecidos com outros grupos que não são ligados a essa temática porque a esquerda e o Partido dos Trabalhadores tem no seu programa, sempre incluiu que era necessário combater o racismo a discriminação racial. Quando ele assume, a gente enfrenta problemas muito parecidos, porque geralmente as pessoas impedem esse tipo de trabalho, se

pautando na burocracia e a gente teve isso muito forte. Era a diretora desse departamento que poderia ter criado a equipe, era a Graça. E ela proporcionou muitos impedimentos, até que a gente chegou ao Secretário e: “olha é ou não é proposta sua discutir a questão da discriminação racial”. Quando chega até o Secretário e que ele fala: “o que está acontecendo” e dá uma ordem expressa pra que a equipe seja criada. A equipe pra nascer teve que ter a interferência direta do Secretário. Mesmo que considerasse que o representante do segundo escalão era gente vinda do Partido dos Trabalhadores portanto, já deveriam conhecer o programa, agente discutiu as dezenove propostas da educação entre elas o projeto de discutir a questão étnica. Quer dizer estava posto como referência, como princípio mas daí à efetivação só ocorreu quando teve interferência direta do Secretário.

3)- Como você avalia os trabalhos desenvolvidos na Constituinte Escolar no que se refere à temática racial?

Muito positivo, nós conseguimos dar espaço à questão da discriminação racial, tão importante quanto discutir eleição para diretor, financiamento, por que? O grupo que trabalhou educação e etnia que era o caderno dois, teve o mesmo tempo, o mesmo espaço que os outros temas. Então isso deu um status de igualdade de importância para esta questão. Na Constituinte, não foi discutido mais tempo financiamento do que foi discutido o que a gente chamou de educação e etnia. Isso pra mim já foi um dado muito importante internamente também, todos os cadernos foram discutidos de forma igualitária tivemos o mesmo espaço para discutir em educação e etnias. O que suscitou esse processo para os professores, foi um caderno que todo as escolas do estado discutiram, umas melhor outras de uma forma menos efetiva mas, era um material que estava à disposição. Pra mim isso potencializou bastante o trabalho que a gente queria fazer depois. Esse caderno participou do processo da Constituinte então, são sei lá vinte mil pessoas discutindo isso, eu considero importantíssimo. Nós tivemos uma manifestação importante, cada escola tinha que mandar no final, no final do caderno, tinha um roteiro de registro e, cada escola tinha que mandar as emendas aditivas, propostas e eu não tive acesso mas eu soube que esta temática teve repercussão. As escolas leram mandaram e umas das solicitações das escolas era a formação de professores pra trabalhar com a temática. Deu legitimidade reconheceu que era um problema da escola a ser tratado, teve solicitação de formação de professores a partir dessa discussão. O caderno teve uma participação fundamental, consegui materializar o que a equipe tinha como ansiedade e que se você não proporciona para o professor essa possibilidade de discutir não aparece. E isso ocorreu a partir da Constituinte Escolar.

4)- Como você avalia a proposta de educação multicultural? De que maneira na prática, a capacitação de professores e o conteúdo dos cadernos temáticos, estaria contribuindo para o combate ao racismo efetivamente na rede pública de ensino?

Primeiro eu não sei se o estado construiu essa proposta multicultural eu acho que a tentativa foi de que os professores conseguissem identificar que há um conflito racial, verbalizar isso

falar sobre isso e a partir disso propor algumas ações. O que decorre disso, e o que eu acho que tem muito de influência e da permanência da equipe de combate ao racismo da Secretaria de Educação, são as introduções em vários cursos da abordagem sobre a questão racial. Então a discussão do caderno temático ele ajudou porque potencializou o trabalho da equipe de combate ao racismo e ele também garantiu a inclusão dessa temática nos vários cursos de formação e de capacitação que a Secretaria produziu. Mas eu não poderia afirmar que isso criou construiu uma pedagogia multicultural, então, Qual que é a sua opinião sobre a educação multicultural? Olha, a educação eu não sei se ela tem que ser adjetivada dessa forma. Mas eu acho que a educação tem que permitir que índios negros e brancos, possam no seu processo de escolaridade aprenderem e serem bem sucedidos. Por isso, pra mim educação que realmente respeite as pessoas ela deve considerar que há discriminação racial em nosso país, ela deve considerar que negros e principalmente crianças negras são destratadas no ambiente escolar, têm poucas referências positivas e isso é que eu chamaria de educação multicultural, intercultural, uma educação que considere que pessoas que tem percursos diferentes na história do Brasil e que estes percursos, dificultam e facilitam a vida delas então uma criança que só tem referências negativas sobre a sua origem sobre a sua descendência e que convive diariamente com apelidos pejorativos uma forma de ser vista de se ver de forma negativa, tem mais dificuldades de se relacionar ela tem pais mais pobres, com baixa escolaridade então, uma educação multicultural, deveria considerar tudo isso, não é uma questão só da sala de aula mas, da estrutura do sistema educacional por isso a gente ainda não tem essa educação. Não é só discutir com a criança lá, que é ruim a discriminação racial mas, é entender que a criança negra tem pais com menor escolaridade. Portanto, essa criança precisa por exemplo, de reforço escolar, é entender que essa criança tem menos chance mesmo que tudo corra bem, que ela não seja discriminada na sala, ela tem menos chances de aprender, porque ela tem pais com baixa escolaridade, pais desempregados porque ela é mais pobre e come menos. Então, pra mim uma educação de fato multicultural, interracial, deveria considerar todos esses dados e potencializar isso na escola. Agora é obvio que este trabalho que a gente consegue dar conta, que os educadores em geral conseguem fazer é discutir em sala de aula, é a positividade de ter multiplas pessoas de origem diferentes só aí, já é um grande passo. Muita gente tem escrito que há um silêncio por parte dos educadores, quando se trata dos conflitos raciais. Essa é uma parte do sistema educacional que deve acontecer mas, não é só ele, o professor sozinho, eu não acredito que dê conta de proporcionar de fato as necessidades que uma sociedade racista para ser superada precisa. Então. eu considero que uma educação multicultural ela tem vários vieses, uma é a ação do professor na sala de aula mas, existem outras que ainda não foram feitas, pelo menos não conheço nenhum trabalho que são do próprio sistema educacional que são: permitir ações que facilitem ou melhorem ou potencializem a vida dessas crianças, como a gente já tem percebido na questão indígena. Muito mais fácil, e o sistema já está permitindo isso. Criança indígena tem dificuldade pra aprender se não tiver o trabalho na sua língua. Então, isso já é permitido, “olha as crianças indígenas devem aprender a língua materna e o português”. A legislação já permite isso, inclusive se chama Educação Escolar Indígena. Isso demonstra o que, que para esse grupo, já foi possível perceber que há necessidade de criar mecanismos que vão além da sala de aula pra permitir que eles possam de fato ter chances iguais na sociedade. Claro que eu não estou dizendo que está tudo bem com a questão indígena, mas eu já disse que percebe-se na questão indígena algo que vai além da sala de aula. Na questão da educação, na questão da educação da população negra, eu acho que o sistema educacional tem mais dificuldade pra achar que deve ir além da sala de aula. Por enquanto, a gente tem percebido ações que potencializam a discussão dentro da sala de aula, o que é importante, mas que não basta. **E quanto a capacitação?** Até onde eu acompanhei o trabalho da equipe, esse primeiro momento da discussão da Constituinte, potencializou a discussão fez com que vários professores

reivindicassem formação de professores, muitos professores anunciavam o que já faziam em sala, porque precisamos também dizer isso, é não foi esse processo que iniciou pra todos os professores um trabalho em sala de aula, muitos professores já tinham propostas de trabalho. Às vezes, centrados nas datas 20 de novembro e 13 de maio, mas já tinham propostas, já tinham um trabalho efetivos. Agora, evidentemente que o trabalho da equipe de combate ao racismo, aumentou em números, quantitativamente, esses professores com vontade de fazer. Eu acho que é fundamental que o sistema tenha um trabalho organizado e é que a equipe de combate ao racismo faz. Quer dizer centralizando inicialmente em Campo Grande, até onde eu acompanhei, nós temos muitos mais que quinhentos professores envolvidos diretamente em processo de formação de sessenta horas, o que não é pouco pra professor, porque tem dificuldade de sair de sala de aula tem que cumprir os dias letivos em aula, sessenta horas em formação de professores não é pouco, nós tivemos quinhentos professores envolvidos, professores que vieram em grande parte dos casos por adesão eles estavam interessados em discutir isso muito importante por que, um professor que está interessado ele consegue mobilizar outros parceiros da escola, ele envolve diretor, coordenador, ele envolve outros professores então isso amplia o universo dos quinhentos professores se você pensar que cada professor tem trinta alunos é muito mais gente que se consegue atingir. Então, eu acho que não é tudo a formação mas, eu acho que a formação é um momento extremamente importante desse processo porque é onde o professor consegue expressar o que ele pensa, e que ele consegue pensar outras coisas além do que ele trouxe como conteúdo inicial. Nós acompanhávamos, eu acompanhei em alguns casos o primeiro dia de formação de professores e os depoimentos dos professores e o último dia. Então, é muito significativo o que ele falava no primeiro dia alguns iam por adesão, mesmo indo lá falava: “ah! eu não sei se isso é importante porque tem discriminação, não é só o negro, é o japonês é o índio”. E lá no final do processo de formação, ele falava assim: “hoje eu sei que nós de fato precisamos fazer alguma coisa em benefício da população negra. Por que? Essas sessenta horas conseguimos destruir o mito da democracia racial. O que é naturalizado, o olhar do professor e o olhar de que é natural que o negro seja pobre, é natural que o negro tenha baixa escolaridade, que ele ganhe menos.

5)- Como foi a experiência como interlocutora do governo na defesa da questão racial?

Bom trouxemos o Edson Cardoso, ele fez uma oficina interna com representantes do Movimento Negro via Conselho, porque a idéia da gente era fortalecer o Movimento Negro porque eu queria me diferenciar e fazer com que eles tivessem conhecimento do processo interno que o governo estava criando. Isso foi feito com apoio explícito na época o Secretário, “da Casa Civil”, (*grifo nosso*) era o Ben-Hur, que era militante do Movimento Negro portanto, eu não precisei convencê-lo porque a facilidade de lidar com isso, não é atoa que o Movimento Negro diz que a gente tem que ter negros em cargos públicos em vários lugares, em lugares chaves. Ao contrário da Secretaria de Educação que eu tive caso burocrático tive passar por um longo processo para chegar ao Secretário, lá o Secretário deu apoio disse: “toca o barco que nós vamos ajudar”. É lógico que eu achei que a gente poderia ter feito muito mais tendo um secretário do Movimento Negro. Achei que a gente poderia ter sido mais ousados ainda. Mas enfim, eu preciso reconhecer que a gente teve o apoio do secretário. Fizemos uma oficina interna convidamos representantes de todas as secretarias, só não tivemos a presença da Fundação de Esporte que não participou de nenhum momento do processo. Mas todas as outras mandaram representantes, criamos um grupo de trabalho então que tinha representantes de todas as secretarias. Isso, só isso aí, nós formamos gente que não era negra, era negra, não tinha discutido a questão racial, tinha. Tinham vários perfis diferentes esse grupo de mais de trinta pessoas representantes de várias secretarias e de vários órgãos públicos, ele foi formado e capacitado para discutir a questão racial na sua área. Teve

um caso muito legal que é da Susana da Secretaria de Saúde, loira, exuberante, que nunca tinha discutido a questão racial e que se tornou uma grande aliada dessa discussão. E ela conta pra gente: “agora quando eu vou em alguma atividade eu pergunto, e a questão racial, como está sendo tratada?” Então quer dizer, a gente criou quadros, porque só nós, era eu, depois vem o Naércio Ferreira mas, não íamos dar conta. Fizemos essa oficina interna e pagamos o Professor Edson Cardoso para fazer uma oficina do Movimento Negro, sem a participação do governo. Porque a idéia também era que nós tivéssemos o Movimento Negro coeso, organizado forte. Fizemos esse processo em seguida esses grupos de trabalho formaram equipes paritárias governo e Movimento Negro, formularam as suas propostas e construímos o programa. Feito isso, veio a parte mais difícil obviamente, colocar o programa para funcionar. A pretensão era gastar um milhão de reais no programa assim, durante o processo, a Secretaria de Segurança falou: “não, nossa secretaria vai colaborar com quinhentos mil”. Só lá na secretaria, eu achei muito mas, o grupo ficou animado, o próprio secretário dizendo: “nós vamos investir nesse programa”. Eu não acreditei muito mas, como esse programa tinha esse caráter de construção coletiva eu não poderia dizer, que nós não íamos colocar isso. Fizemos o programa então a partir do compromisso assumido nas secretarias assumidos com os secretários. Esse compromisso não estava definido no orçamento a gente não fez uma interferência direta no orçamento. A gente fez um acerto com o secretário que faria esse processo orçamentário. Isso de certa forma foi ruim porque se o secretário mudasse de idéia, não tinha dinheiro garantido e, foi o que ocorreu em alguns casos, por exemplo esse, emblemático da Secretaria de Segurança, ela não gastou absolutamente nada no programa, dos quinhentos mil que eles tinham investido eles investiram zero. Então o programa que almejava suporte financeiro de um milhão, caiu bastante. Mas mesmo assim a Equipe de combate ao racismo da Secretaria de Educação, foi bastante fortalecida por esse processo teve empenho muito forte já da interlocução com a Equipe nós fizemos também bons trabalhos com o pessoal da SASCT, que na época era Secretaria de Assistência Social muito bom trabalho.

6)- Como avalia as ações implementadas na educação de 1999 a 2002?

Olha eu acho que o processo na Secretaria de Educação só avança. Porque a gente sai de uma condição de não ter equipe para a condição de ter uma pessoa na equipe, depois nós construímos um processo de discussão com o secretário e a gente cria amplia essa equipe para três pessoas ela ganha legitimidade dentro da secretaria, começa a promover os cursos de formação de professores com o apoio do grupo TEZ, o grupo TEZ inicialmente é ministrante, os militantes do grupo TEZ também foram ministrantes. Depois, a equipe sozinha ela começa a ministrar já domina a metodologia, já constrói as suas interlocuções com outros municípios, e com as outras equipes técnicas da secretaria. O secretário à época, assume como discurso seu o combate à discriminação racial sai o Pedro Kemp, vem o professor Biffi e no material da secretaria a questão racial aparece como um dos trabalhos importantes então, na minha avaliação só ganhou legitimidade, ao final nós temos uma equipe constituída, legitimada, garantida e o que expressa muito isso é que, quando esse segundo governo assume, ninguém questiona a continuidade dessa equipe de combate ao racismo. Pelo contrário, ela ganha força, muda de nome e constrói um novo programa de formação de professores mas está lá garantida, legitimada. Eu acho assim como gestora pública, a Secretaria De Educação foi o espaço que a gente mais cresceu e de fato garantiu, consolidou então, a minha avaliação é positiva em relação à Secretaria de Educação. Pra mim já se consolidou ali dentro claro que eu não tenho acompanhado agora, não sei de notícias se eles estão fazendo capacitação pelo interior do estado. Mas, o fato de ter permanecido na mudança de governo sem ninguém questionar, ter permanecido na mudança de secretário, secretário Pedro Kemp saiu, um secretário que assumiu isso com discurso próprio como parte

importante de sua pauta política, sai esse secretário entra um outro que mantém a questão da equipe inclusive dá visibilidade a ela fez um material publicitário divulgando os vários trabalhos da secretaria cita esse como exemplo, porque a gente sempre brigava antes com o professor Pedro ele falava dos trabalhos dos Indígenas, Educação Básica do Campo, e esquecia do nosso. “mas professor, o senhor esqueceu da discriminação racial, “Ah! desculpa”. Nós chegamos a um ponto que ele terminava o discurso dele e falava: “eu falei né, eu não esqueci?!”. Parabéns professor!!!

7)- Apesar de o Movimento Negro ter conseguido garantir um espaço na Secretaria de Educação, você não acha que para que esse espaço e os outros na sociedade estejam efetivamente garantidos vocês precisam permanecer lutando politicamente por ele, independente de bandeira partidária?

Como gestora gestora eu sempre me pautei por isso, eu só vou ser forte, o que que eu pensava, essa política só vai ser forte se o movimento for forte. Então, eu investi muitíssimo no fortalecimento do movimento e quando esse segundo governo assume, um dos primeiros grupos que o Secretário “de Educação” (*grifo nosso*), Hélio de Lima recebe é o grupo do Movimento Negro. Que agenda uma reunião para dizer: “olha, essa equipe é importante, esse trabalho é importante e nós queremos isso , isso e isso”. Tomara que essa força também consiga superar inclusive a questão do partido. Seja qual for o partido que assumir o próximo governo, tenha um grupo, uma reunião do Movimento Negro para dizer ao secretário, que essa equipe é importante e tem que continuar e fez isso , isso e isso.

8)-Como você avalia a Coordenadoria de Políticas para Negros, o trabalho foi pouco reconhecido?

Sempre são duas coisas ao mesmo tempo, eternamente no governo é uma briga, a gente rema contra a maré todo dia. Sabe, a Coordenadoria não tem orçamento, as pessoas em boa parte, não levam muito à sério então, todo dia dentro do governo você fica remando, remando e tudo isso é difícil, trabalhoso, cada ação nossa, demanda muita discussão, muita conversa, às vezes até muita briga isso, internamente. Externamente, acho que a imagem é outra, é uma imagem de acontecimento, de vitória de conseguir ser concretizado alguns programas como eu falei, inicialmente a gente tinha uma proposta de gasto de um milhão de reais, não conseguimos efetivar isso, a gente queria a formação de policiais, não conseguimos fazer isso à contento. Nós queríamos uma intervenção direta, para um trabalho com os encarcerados. Enfim, externamente, as comunidades as Comunidades Rurais Negras, por exemplo, do estado, nós tínhamos que ter resolvido essa questão da terra a gente sabe que muitos estados não resolveram mas o estado queria ter resolvido não conseguimos mas, a gente conseguiu abrir diálogo com elas colocar programas de assistência social do governo como prioridade em todas as comunidades e bairros negros do estado. Então, acho que tem dois jeitos de

olhar: um é o que o olhar pra dentro do governo, e ver que dentro do governo apesar de ter no seu programa de governo combate ao racismo, de ter o discurso dos seus representantes maiores embutidos na luta pela discriminação racial, é muito difícil o trabalho. É quase que solitário e produzido por militantes que estavam assumindo a direção. E de fora, eu acho que a imagem é de vitória de ter conseguido construir um espaço de interlocução entre o movimento e o governo. De ter conseguido priorizar alguns espaços de assistência social para essas comunidades de Ter explicitado essa questão, quer dizer se o governo cria uma Coordenadoria de Combate ao Racismo ele assume que há esse problema, que essa questão há de ser discutida eu acho que a Coordenadoria para as nossas ambições, poderia ter produzido mais mas, acho que externamente ela foi bastante ousada. O que eu mais acho positivo, é que o programa que termina a gente termina 2002 com um programa muito mais modesto muito mais pé no chão, sem a pretensão de gastar um milhão de reais mas, garantido em orçamento, o que é muito. Eu não conheço nenhum caso de estado que garantam em orçamento, políticas. Então, nós conseguimos por exemplo, vou citar a Secretaria de Segurança de novo, A Secretaria de Segurança que tinha nos dito que não tinha nada, no final do ano quando a gente estava programando o orçamento, consegui trinta mil reais para formação de policiais, e tá lá no orçamento. Se a atual coordenadora souber movimentar-se politicamente, ela tem como garantir isto. Na formação de professores da Secretaria de Educação, eles garantiram, não sei qual é o percentual agora, não me lembro mais, mas está garantido em orçamento. Na Secretaria de Turismo de meio ambiente, na Fundesporte que não participou nenhuma vez com a gente em nenhum momento do processo anterior, apesar da gente não ter deixado eles em paz, garantiu em orçamento para esse próximo exercício de governo, um valor para capacitar os monitores populares em esporte. Então, e sempre estas lutas estas vitórias estas conquistas, muito articuladas com o Movimento Negro, ou seja, com uma parte que não estava dentro do governo. Com o Conselho, com as Entidades do Movimento Negro que dominaram que no 20 de novembro, fizeram uma ação e o governador esteve assinando um protocolo de compromisso de execução deste programas se o Movimento e a Coordenadoria souberem atuar sobre esse novo programa , nós vamos ter frutos muito mais benéficos do que tivemos na primeira gestão porque, tivemos um avanço. Hoje, o programa está garantido no orçamento.

9)-Com todo esse comprometimento perante a sociedade, assinando termo de compromisso de execução do programa, o Governo tem interesse na questão racial ou ele acaba na sua opinião implementando as ações por pressão?

Ele funciona por pressão, tem uma ambiguidade, porque é assim, tá escrito no programa, tá no discurso dos líderes mais a efetivação, só funciona por pressão. Pelo menos na experiência que eu tive foi essa, só funciona por pressão. É os governantes não tem a dimensão de quanto o estado foi valorizado por ter implementado um programa desse. Então, nós fomos convidados para apresentar para o PINUD, pra UNESCO e muitas Entidades do Movimento Negro tomaram conhecimento disto, e utilizaram isso como exemplo pra criação de outras ações mas, a propaganda institucional, não valorizou devidamente. Internamente ele repercutiu bastante, a imprensa do governo divulgava mas muito e função de uma articulação mesmo da Coordenadoria, que apostava também nessa visibilidade do programa. Pra ele, pra gente, a sua existência, dependia da capacidade de visibilidade do programa.

10)- Como avalia as mudanças ocorridas na estrutura administrativa do Estado na Segunda gestão do governo de José Orcirio dos Santos em 2003, colocando a Coordenadoria de Políticas Públicas para Negros na SASCT ?

Nós achamos bastante negativo, porque o fato dela está dentro da governadoria dava a ela um status de coordenação geral. Assim como está a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher. Que eu acho importante ter continuado porque, como eu disse a você, a gente tinha muita dificuldade de interlocução com outros secretários. Estando lá ela teria um peso maior. Mas isso também foi alterado, por onde eu sei ela surge nessa estrutura nova, na assistência, mas há uma interferência direta do então presidente do Conselho dos Direitos do Negro, Dr. Aleixo Paraguassu, claro com apoio de todos do Fórum das Entidades do Movimento Negro, que modifica essa situação e reverte, e a Coordenadoria, volta para a governadoria. Quando sai de lá havia a promessa que seria publicado um decreto revertendo essa situação, então não sei se reverteu ou voltou via decreto para a governadoria. Essa foi uma longa negociação que senão me engano durou dois meses, sobre onde ela deveria estar e quem deveria assumir. Porque inicialmente, a proposta do governo é que ela fosse assumida junto com outros trabalhos da área de justiça. O Movimento Negro discordou disso e acabou com essa interferência do Dr. Aleixo fazendo com que esse processo fosse modificado. Agora, é um pouco assim, na disputa, e na negociação, você não ouviu explicitamente de ninguém que não queria a Coordenadoria, porque inicialmente ela não foi criada, ela não voltou na estrutura. E depois ela aparece na Assistência Social. Então as pessoas foram falando assim: “não mas isso foi um engano, não foi bem assim”, você não achava o culpado disso entende. A saída do Ben-Hur influenciou bastante mas o que é positivo é que não foi determinante porque mesmo que a saída do secretário militante o Movimento Negro foi capaz

de brigar e se manter. Esse é um dado muito bom, ela é criada internamente o movimento é interno de criação. Eu como proponente da Interlocução depois o Ben-Hur da Coordenadoria e depois ela é garantido externamente, quem garante a existência sua sobrevivência dela é o Movimento Negro que eu atribuo a organização que nós possibilitamos que ele fosse construindo. Fortaleceu, as brigas interna, a oficina dada pelo professor Édson Cardoso especificamente para o Movimento Negro, construiu impacto de cooperação.

## CARTA DE CESSÃO

Eu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
Estado civil                      RG

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos de meu depoimento, gravado em fitas, transcrito e autorizado para leitura. Da mesma forma, autorizo a audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle dos mesmos a Beatriz Helena Teixeira Conceição, que pode colocar sob a guarda de uma Instituição se assim lhe convier.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Quanto à identificação pessoal ( ) permito      ( ) não permito

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Campo Grande- MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2003.

## ANEXO - III

Relatório da Oficina: Políticas públicas e a superação das desigualdades raciais, realizada nos dias 31 de maio a 02 de junho de 2001.

A oficina recebeu o apoio de 20 órgãos do governo estadual, contando com a presença de representantes de todas as secretarias nos dois dias de trabalho. Apesar de pouco tempo para a magnitude e complexidade do tema foi bem trabalhado sendo bastante produtivo o tempo o que permitiu que pudéssemos dar conta da proposta da Oficina que era ter o esboço do programa de superação das desigualdades raciais com propostas de caráter imediato e outras que demandarão mais tempo.

Os próximos encaminhamentos são: Instituir o grupo de trabalho composto por todos os representantes que participaram da Oficina; produzir o projeto que viabilizará a confecção do Programa de Superação das Desigualdades Raciais em no máximo 90 dias; lançar o Programa.

### Propostas de Implantação Imediata

1)-Incluir a temática das desigualdades raciais na capacitação dos coordenadores do Bolsa-Escola; 2)-verificar a aplicação da Lei 2.079 que institui o Programa de Prevenção e Assistência a Anemia Falciforme (será encaminhada pelo superintendente de Política de Saúde o Sr.Lúcio, representante da Secretaria de Saúde); 3)-incluir nos cursos de gestores municipais de saúde a questão da superação das desigualdades raciais; 4)-por meio da gerência de assuntos indígenas e quilombolas e em parceria com o CEDINE, Conselho Estadual de Direito dos Negros, promover capacitação aos moradores das comunidades negras, formando agentes mobilizadores para orientá-los na utilização de recursos já disponibilizados pelo governo(contato Maria Helena do IDATERRA); 5)ampliação da equipe do IDATERRA para contribuir com o trabalho de atendimento dos quilombos (será encaminhada pela interlocução do governo); 6)incluir na entrega do Programa Segurança alimentar e Bolsa-Escola nas comunidades rurais negras, cursos de capacitação da comunidade de agentes mobilizadores (contato Maria Emília do COGEPS); 7)-realizar reunião com a equipe de captação de recursos do estado para discutir as possíveis fontes de financiamento para programas com esse caráter. Foi discutido que o BNDES, BIRD, Fundação FORD e outros investem em programas desse tipo (será encaminhada pela

representante do COGEPS); 8)- verificar a possibilidade de incluir no convênio com IPEA estabelecido com o IPLAN a possibilidade de analisar os dados sobre o estado com a variável raça e gênero IBGE, PNDA, Pesquisas Estaduais(encaminhada por Eronildo do IPLAN); 9)- incluir na Política de Educação Infantil questão do atendimento às crianças afro-descendentes como fato de fundamental importância para a superação das desigualdades raciais no que diz respeito a escolaridade (será encaminhada pela equipe de combate ao racismo representantes da Secretaria de Estado de Educação); 10)- garantir a temática da superação das desigualdades raciais no Plano Estadual de Educação (será encaminhada pela equipe de combate ao racismo da Secretaria de Estado de Educação), através das seguintes propostas :

a)- Manter na SED um setor (equipe) específica para a elaboração e apoio, garantindo a implementação de políticas de combate ao racismo; b)- implementar e elaborar a proposta de política pedagógica de combate ao racismo para a Rede Estadual de Ensino (cadernos de fundamentos pedagógicos); c)- incluir nas Diretrizes Curriculares a proposta de política de combate ao racismo; d)- subsidiar periodicamente os educadores da Rede, para desenvolverem as políticas pedagógicas de combate ao racismo nas escolas, através de materiais didáticos, palestras, cursos de capacitação etc.; e)- elaborar propostas políticas pedagógicas específicas das escolas das comunidades negras. Garantindo através dos eixos temáticos formadores étnico político, estético e cultural, terra cultura e resistência negra, como também incluir em seu quadro curricular, como parte diversificada, as disciplinas de artes africanas, história da resistência negra e metodologia de pesquisa; f)-desenvolver projetos específicos para a superação da desigualdade social e racial da população negra; g)- instituir por meio de portaria o grupo de trabalho para organização do Programa de Superação das Desigualdades Raciais do Governo Estadual de MS.

As Propostas Que Demandam Mais Tempo Para Implementação E Ou Negociações No Interior Do Governo Estarão Abaixo Descritas Divididas Por Órgãos De Governo Educação

1)-Propõe que o objetivo da Bolsa-Escola será eliminar a desigualdade entre brancos, negros e indígenas no processo de conclusão do ensino fundamental, visto que pesquisa realizada no estado comprova que o primeiro empecilho na escolaridade para a população afro-descendente é terminar o ensino fundamental; 2)- nos encontros de formação das mães da Bolsa-escola seja abordada a questão das desigualdades raciais;3)-no processo de alfabetização das mães do Bolsa – Escola esteja incluída a questão das desigualdades

raciais;4)- capacitação para todos os profissionais do Programa Bolsa-Escola tendo enfoque a questão das desigualdades raciais;5)- propiciar condições para que os jovens negros conclua o Ensino Médio em parceria com as universidades por exemplo estabelecendo parcerias com entidades no combate das desigualdades raciais;6)-manutenção e fortalecimento da equipe de combate as desigualdades raciais na Secretaria de Educação;7)-Criação de programas pela Secretaria de Educação no combate as desigualdades raciais;8)-Realizar parceria com municípios na produção e desenvolvimento de políticas de combate às desigualdades raciais;9)-Promover discussões com as entidades formadoras de professores para incluírem nos seus currículos o recorte de gênero e raça;10)-capacitação de professores do Ensino Médio nas áreas de filosofia e ciências sociais nas questões das desigualdades raciais;11)-capacitação dos funcionários da Secretaria de Educação para compreensão das desigualdades raciais;12)- produção de material didático auto-instrutivo para professores que auxiliem na ação de combate às desigualdades raciais;13)-Incluir como questão fundamental na Política de Educação Infantil o acesso a criança afro-descendente como medida de combate às desigualdades raciais na escolaridade;14)-construir e ou reformar as escolas das comunidades negras rurais necessitadas;15)-ampliação da equipe de combate as desigualdades raciais;16)-garantir a todos os educadores acesso a informação para compreensão das desigualdades raciais17)-solicitar ao Conselho Estadual de Educação que institua como critério de aprovação para os cursos de Licenciatura, disciplina que contemple a superação das desigualdades raciais e dos preconceitos presentes nas escolas.

#### SAÚDE

1)-Disponibilizar informações para aos municípios pólos e suas micro-regiões para que possam atuar no combate as desigualdades raciais.Incluir no Plano de Regionalização questões relativas ao combate às desigualdades raciais no campo da saúde; 2)-incluir na Agenda Estadual de Saúde a questão das desigualdades raciais; 3)-instituir o quesito cor como uma das informações importantes no levantamento de dados e indicadores de saúde de população;4)-estabelecer parcerias com os municípios de Corguinho e Jaraguari no atendimento das comunidades negras rurais, principalmente no acompanhamento médico, no envio de remédios e reforma e ou construção de postos; 5)-instituir na Secretaria de Saúde um gestor de políticas para a saúde étnica.Viabilizar os exames de análise patológica que identifique a anemia falciforme; 6)-incluir a discussão das doenças étnicas no fórum dos trabalhadores; 7)-na formação dos agentes de saúde incluir estudos das doenças étnicas; 8)-realizar seminários com os responsáveis pelas diferentes políticas de saúde para produção de propostas na Secretaria de Saúde; 9)-discutir com os municípios para que os índios

desalvedados sejam atendidos como cidadãos nos postos de saúde cuja a gestão é municipal;

10)-verificar junto com a SEMACT situação das águas ingeridas pelas comunidades negras rurais: a)-Entrar em contato com a Universidade Federal de Ms para discutir pesquisa realizada sobre a Hepatite B na comunidade de Dionisios para estabelecer parcerias no controle dessa doença; b)-criar programas de saúde preventiva para as comunidades negras rurais; c)-solicitar ao Ministério da Saúde que inclua o quesito cor no cadastramento do SUS; d)-verificar se os remédios destinados ao tratamento de Anemia Falciforme e hipertensão estão na lista do Governo Federal, caso não estejam solicitar a inclusão dos mesmos e garantia de que cheguem aos postos de saúde; e)-viabilizar a assistência das pessoas portadoras de Anemia Falciforme *conforme a Lei Estadual 2.079<sup>59</sup>*; f)-incluir no Programa de hipertensão arterial atenção especial a população afro-descendente já que está mais propensa a esse tipo de doença; g)-solicitar aos municípios que divulgam a constituição dos conselhos municipais de saúde para que oportunize a participação de entidades que trabalham em prol da população afro-descendente; h)-solicitar as Universidades que incluam em seus cursos de formação na área médica disciplina que contemplem o “diagnóstico e tratamento de doenças étnicas”; i)-solicitar do Conselho Estadual de Educação que estabeleça como critério para aprovação de criação de cursos superiores na área médica a inclusão de disciplinas que contemplem “o diagnóstico e tratamento de doenças étnicas”.

#### IPLAN

1)-Estabelecer convênio com IPEA para trabalhar os dados do MS com a variável raça e gênero; 2)-disponibilizar os dados do estado para verificar o que já existe com a variável raça e gênero para contribuir na organização do Programa; 3)-disponibilizar técnicos para ajudar na leitura dos dados durante a produção do Programa; 4)-instituir como critério na elaboração do orçamento do governo o recorte de gênero e raça nas políticas instituídas por toda por todas as secretarias; 5)-incluir na LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, o princípio de superação das desigualdades raciais e de gênero como referência para todas as políticas de governo.

#### SEGURANÇA PÚBLICA

1)-Criação de Delegacias para crimes raciais e ou setores nas delegacias já existentes para atendimento desse tipo de crime; 2)-inclusão no Currículo de Formação dos Policiais curso

<sup>59</sup> A Lei Estadual nº 2079 de 13 de janeiro de 2000, institui o Programa de Prevenção e Assistência às Pessoas Portadoras do Traço Falciforme ou Anemia Falciforme, no Estado de Mato Grosso do Sul. Esta Lei foi publicada no Diário Oficial nº 5181 de 14 de janeiro de 2000.

de Direitos Humanos com ênfase no combate a discriminação racial; 3)-Capacitação dos delegados sobre as desigualdades raciais; 4)-Produção de material informativo sobre a legislação de crimes raciais; 5)-Orientação aos atendentes para a inclusão do quesito cor no preenchimento dos boletins de ocorrências; 6)-Produzir levantamento de dados sobre o índice de crimes raciais no estado; 7)-implantação da Política Comunitária com orientação sobre as desigualdades raciais; 8)-traçar perfil socioeconômico da população carcerária do estado com a variável raça e gênero; 9)-investir na qualificação dos internos em profissões de caráter autônomo devido a forte rejeição de emprego para essa população; 10)-incluir nos cursos de alfabetização para essa população a discussão sobre as desigualdades raciais; 11)-realizar convênios com prefeituras para distribuir a produção da população carcerária; 12)-organizar cursos para a melhoria da escolaridade dessa população de acordo com as regras de funcionamento dos presídios; 13)-ampliar a equipe de assistência social aos internos e famílias para que estes possam de fato ser atendidos em trabalho de recuperação( hoje é um assistente para 600 internos e famílias impossibilitando a realização de um bom trabalho.

## TRABALHO E PRODUÇÃO

1)-Ampliação do programa PROVE-PANTANAL para as comunidades negras rurais; 2)-Incentivo as empresas que incluam em suas propostas de instalação no estado, Programa de Valorização da Diversidade Étnica do estado; 3)-realizar seminários entre o governo e a Associação Comercial, SEBRAE, SENAC e outros para discutir os benefícios econômicos para o estado na superação das desigualdades raciais; 4)-O SINE, deverá registrar em formulário próprio, sempre que receber de empresa solicitação para oferta de emprego a restrição da aparência do empregado; 5)-promover reuniões de sensibilização de setores com grande potencial empregador como shopping center, para que contemplem a diversidade étnica nos seus variados postos; 6)-nos projetos de incentivo a cultura estabelecer como critério a inclusão da diversidade étnica em relação aos mais diferentes empregos desde a inclusão de artistas até os trabalhos de produção; 7)-propor incentivo fiscal para indústria e comércio que empregarem percentual de afro-brasileiros no seu quadro funcional em todas as instâncias hierárquicas. O incentivo poderá ser maior se na divulgação de seus produtos também ocorrer essa inserção; 8)-instituir um selo “esta empresa contribui para a superação das desigualdades raciais”

## MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Incluir no plano de trabalho da Secretaria como medida de valorização da população afro-descendente e como medida de superação das desigualdades raciais e de gênero ações que tratem dessa temática como: cursos, filmes, seminários, etc

## INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO

1)-Incluir nos projetos de habitação a variável raça e gênero como critérios preferenciais para obtenção dos benefícios; 2)-Implementar no programa Che Roga Mi, a construção de habitação para a comunidade Furnas de Boa Sorte; 3)-Construção de Postos de Saúde em parceria com os município Secretaria de Saúde nas comunidades negras rurais de MS; 3)-Em parceria com os municípios de Jaraguari e Corguinho, melhorar as *estradas vicinais dentro das comunidades de Boa Sorte e Dionísio*.Incluir as comunidades negras rurais no Projeto Luz do Campo.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Realizar intenso trabalho de valorização da pessoa humana nas comunidades negras rurais.

## IDATERRA

1)-Ampliar a equipe do Idaterra que trata das políticas para os quilombos; 2)capacitar as comunidades para lidar com os recursos disponibilizados pelo governo do estado; 3)-viabilizar todos os projetos que atendem ao campo para as comunidades negras rurais; 4)-Produzir um plano de viabilidade econômica que englobe todos os aspectos do desenvolvimento sustentável:saúde, educação, moradia, produção, escoamento, etc. para as comunidades negras rurais(contratar consultoria para isso).

## ANEXO - IV

### Formação e Capacitação de Professores

- 1)-Subsidiar periodicamente os educadores da rede Pública Estadual para desenvolverem as políticas pedagógicas de combate o racismo nas escolas, através de materiais didáticos, palestras, cursos de capacitação e etc.;
- 2)-promover discussões com instituições formadoras de professores para incluírem nos seus currículos o recorte de gênero e raça;
- 3)-capacitação dos professores de ensino médio na questão das desigualdades raciais;
- 4)-capacitação dos funcionários da Secretaria de Estado de Educação para compreensão das desigualdades raciais;
- 5)-que o Conselho Estadual de Educação ao aprovar novos cursos de licenciatura, garanta que os mesmos incluam em sua grade curricular uma disciplina específica que contemple a pluralidade racial e cultural, contribuindo assim em sua superação as desigualdades raciais;
- 6)-elaborar e implementar propostas políticas pedagógicas de combate ao racismo para a Rede Estadual de Ensino;
- 7)-incluir nas Diretrizes Curriculares a proposta de políticas de combate ao racismo. Elaborar propostas de políticas pedagógicas específicas para as escolas das comunidades negras;
- 8)-incluir no quadro curricular das escolas das comunidades negras, na parte diversificada, as disciplinas história da resistência negra e arte africana.
- 9)-Manutenção e fortalecimento da equipe de combate as desigualdades raciais na Secretaria de Estado de Educação;
- 10)-incluir como questão fundamental na política de educação infantil o acesso da criança afro-descendente como medida de combate às desigualdades raciais na escolaridade de 0 a 6 anos;
- 11)-Articular junto a Secretaria de Estado de Educação cursinhos de pré-vestibulares para negros carentes que concluíram o ensino médio. Construir e ou reformar as escolas das comunidades negras rurais;
- 12)-Promover debates, divulgar os trabalhos e contemplar a questão racial nos programas de TV e rádios;
- 13)-realizar parceria com municípios pólos,sendo eles: Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Ponta Porá, para produção e desenvolvimento de políticas de combate às desigualdades raciais.”

### Produção e Publicação de Material

- 1)-Organizar e produzir material instrumental didático com vistas a formação e a capacitação continuada de professores;
- 2)-contribuir para a publicação de obras didáticas de cunho teórico e científico de educadores que tenham produzido seus trabalhos oriundos da experiência afro-descendente em Mato Grosso do Sul;
- 3)-elaborar, socializar e disseminar o projeto pedagógico da Secretaria de Estado de Educação com vistas a contribuir com o combate ao racismo nas escolas; produzir material de apoio para os professores.

## ANEXO – V

### Do curso de capacitação para professores

**TEMÁTICA:** Preconceito, discriminação racial, manifestação de racismo na escola, como combatê-los!

**OBJETIVO GERAL:** Subsidiar teoricamente o professor sobre a temática da questão racial.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** - Que o professor desenvolva um olhar crítico e indagador capaz de identificar a discriminação racial e outras formas de preconceito externados por seus alunos.

Capacitar o professor para que desenvolva em sua escola projetos que abordem a questão racial como forma de intervenção no processo das discriminações nas relações entre alunos x aluno; aluno x professor; professor x aluno.

Formular políticas alternativas que combatam o racismo e o preconceito racial nas escolas

#### CONTEÚDOS:

- História do negro no Brasil
- O racismo à brasileira ( relatos de casos de discriminação racial em sala de aula).
- Origem racial e a construção da identidade étnica racial
- Conteúdos escolares e pluralidade cultural
- Desmistificando conceitos e terminologias racistas
- Como fazer intervenções quando há casos de discriminação acontecendo na sala de aula!
- Relações interétnicas
- Lei Federal sobre o racismo ( histórico)
- Como se dá a reprodução do racismo nas salas de aula
- Como abordar ou introduzir o assunto sobre o racismo com seus alunos
- Como surgiu o racismo no Brasil! Histórico desde a escravidão
- O livro didático como meio de reprodução do racismo

13 de maio não é para comemorar! A verdadeira história sobre a libertação dos escravos A tarefa do professor é desmistificar os conceitos errôneos reproduzidos ao longo dos anos

pelas escolas, ao contar somente parte da história do Brasil. Romper com o mito dos benefícios que a Lei Áurea trouxe aos negros. Não podemos mais repetir a História oficial enganosa que esquece de contar a luta dos negros, de Zumbi dos Palmares. Esta data é para ser feita uma reflexão para que os negros possam ser respeitados na sua dignidade enquanto cidadão de fato e de direito, que seja julgado conforme seu caráter e não segundo à cor da sua pele.

20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Quem foi Zumbi dos Palmares.

#### INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO:

O curso acontecerá sempre no último dia útil de cada mês

O período de duração do curso será de Abril a Novembro de 2001

O horário será das 13:00h às 17:00h

A carga horária total do curso será de 60 horas, sendo 32 horas em sala de aula e 28 horas para pesquisa e elaboração do projeto final

A ficha de inscrição em anexo poderá ser reproduzida

O curso acontecerá na sede do TEZ – Trabalho e Estudos Zumbi, localizada na Travessa Dr. Temístocles n.64 Centro – Fone 324—3216

Para receber o certificado do curso os participantes deverão ter frequência mínima de 75% do total da carga horária”

O curso foi organizado para ser desenvolvido em quatro módulos. O conteúdo programático do curso de combate ao racismo está subdividido da seguinte maneira:

#### MÓDULO I – RACISMO NO BRASIL

1. Idéias gerais sobre racismo
2. Entendendo conceitos: preconceito racial, discriminação racial e racismo
3. Raça como conceito biológico e fenômeno social

#### MÓDULO II – A HISTÓRIA DO NEGRO

1. A História do negro no Brasil e no mundo séc. XV a XIX
2. A verdadeira história sobre o 13 de maio, “libertação dos escravos”
3. Mito da Democracia Racial e o processo de embranquecimento
4. A hierarquia racial e as diversas construções históricas do negro

#### MÓDULO III – O RACISMO NA EDUCAÇÃO

1. Construção da identidade étnica
2. A escola como agente reprodutor do racismo
3. Auto-estima
4. o racismo no livro didático

5. Metodologias para o combate ao racismo na escola, trabalhando com a pluralidade étnica

#### MÓDULO IV – POLÍTICAS PARA O COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS

1. políticas afirmativas ou compensatórias
2. Metodologias de projetos de pesquisa
3. Elaboração de projetos para o combate ao racismo na escola
4. Apresentação dos projetos
5. Avaliação
6. Encerramento

## ANEXO – VI

Relação das escolas participantes do projeto cursinho popular de pré-vestibular em 2001

	Dia da semana	Período	Número de alunos
EE. Arlindo de Andrade Gomes	De Segunda a Sexta -Feira	Vespertino e Noturno	200
EE. Hércules Maymone	De Segunda a Sexta- Feira	Vespertino e Noturno	240
EE. Waldemir Barros da Silva	De Segunda a Sexta-Feira	Vespertino e Noturno	200

	Dia da semana	Período	Número de alunos
EE. Arlindo de A. Gomes	Sábado	Vespertino	100
EE. Joaquim Murtinho	Sábado	Vespertino	100
EE.M <sup>a</sup> Constança de Barros Machado	Sábado	Vespertino	80
EE. Waldmir Barros da Silva	Sábado	VEspertino	160

Tabela - 04

Fonte: Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos – Curso Popular Pré-Vestibular - SED – MS 2002

## ANEXO - VII

Relação de escolas participantes do projeto cursinho popular de Pré-vestibular-  
1ª semestre de 2002

Escola Estadual	Número de Vagas	Cota de 20% Para Negros
Joaquim Murtinho	540	108
Waldemir de Barros da Silva	220	44
Maestro Frederico Liebmann	250	50
Antonio Delfino Pereira	100	20
Arthur Vasconcelos Dias	150	30
Sebastião Santana de Oliveira	300	60
Hércules Maymone	470	94
Riachuelo	250	50
Maria de Lourdes Toledo Areias	250	50
Blanche dos S. Pereira	150	30
Hilda de Souza Ferreira	150	30
Henrique Cirilo Correa	100	20
Professora Maria Rita de Cássia	150	30
Riachuelo	250	50
Lino vilachá	80	16

Tabela 05

Fonte: Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos – Curso Popular Pré-Vestibular – SED –MS 2002

Relação de municípios e escolas da rede estadual que participarão do projeto popular do cursinho pré-vestibular em 2002

Município	Escolas da Rede Estadual
Anastácio	EE.Roberto Scaff
Aquidauana	EE.Cândido Mariano EE. Doris Mendes Trindade
Corumbá	EE. Julia Gonçalves Passarinho EE. Carlos de Castro Brasil EE. Maria Helena Albaneze EE. Gabriel Vandone de Barros
Dourados	EE.; Menodora EE. Presidente Vargas Presidente Tancredo Neves EE. Vilmar

Tabela 06

Fonte: Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos – Curso Popular Pré-Vestibular – SED –MS 2002

## ANEXO - VIII

### Das ações na cultura

#### Eventos

13 de maio – Desmistificar o 13 de maio: palestras e apresentações culturais

21 de março – Dia Internacional pela luta contra a Discriminação Racial: palestras e apresentação cultural.

20 de novembro - Dia da Consciência Negra: ciclo de debates sobre a Consciência Negra: ciclo de debates , evento cultural.

#### Oficinas a serem realizadas:

- Dança Afro
- Capoeira e instrumentos musicais relacionados
- Hip Hop
- Percussão
- Instrumentos de sopro
- Artesanatos: cestas, abrolho, tecelagem, bonecas de pano
- Artes Plásticas: cursos de pintura de telas, curso de escultura em pedras, madeiras e argilas, máscaras de expressão afro
- Abertura de processos de tombamento do Patrimônio imaterial e material negro.

## ANEXO - IX

### Das ações nas comunidades negras

- 1)-Atender as necessidades básicas de desenvolvimento e auto sustentação através do incremento da produção agrícola, da geração de emprego e renda fundamentada nos princípios da agricultura familiar ecológica;
  - 2)-regularizar a titulação das terras dessas populações;
  - 3)-que o Governo Popular do MS possa mudar a política do estado que reflete a influência da atividade agropecuária e da migração que além de carregarem ciclos típicos da política brasileira, explicam a importância das oligarquias rurais;
  - 4)-construir a continuidade administrativa através de um plano estratégico de desenvolvimento a longo prazo;
  - 5)-assistência integral aos assentamentos rurais;
  - 6)-garantir os direitos sócio-econômicos , políticos e culturais às comunidades quilombolas do estado, inserindo-as na sociedade vigente e possibilitando –lhes o exercício de cidadania;
  - 7)-desenvolver e garantir as comunidades quilombolas o desenvolvimento da sua essência ou seja o desenvolvimento peculiar técnico de conhecimento sobre o cultivo de lavouras respeitando o ciclo da natureza;
  - 8)-estabelecer um processo de produção agrícola que priorize a subsistência das famílias, através do cultivo de produtos básicos como: arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, cará, inhame, melancia, banana, abóbora, maxixe e uma horticultura diversificada ou hortaliças de inverno e verão;
  - 9)-que os produtos excedentes sejam comercializados nos espaços físicos propostos para garantir a geração de emprego, capacitação da mão de obra e aumento da renda familiar;
  - 10)-nas áreas urbanas além de dar ênfase aos aspectos sócio-culturais como festas religiosas e traços típicos das comunidades, serão estimuladas e apoiadas as atividades de ensino e capacitação de mão de obra em produtos artesanais aceitáveis no mercado;
  - 11)-recomposição de áreas degradadas e conservação de solos com recuperação das matas ciliares
- Educação ambiental;
- 12)-fomento ao plantio de espécies que darão retorno econômico e alternativas de renda.
  - 13)-aquisição de espaço físico para a comercialização de produtos *in natura* e produtos industrializados na feira livre de Campo Grande como: farinha de mandioca, rapadura, açúcar mascavo, bolo de goma, brevidade e artesanatos;
  - 14)-construção de viveiros com plantas medicinais, frutíferas e ornamentais objetivando a educação ambiental para os jovens;
  - 15)-orientação e fiscalização da exploração agro-florestal; Fornecimento de insumos para a produção agrícola;
  - 16)-distribuição de sementes de feijão, milho, hortaliças de verão e inverno e outros produtos; Fornecimento de combustível para máquinas agrícolas;
  - 17)-apoio à produção de subsistência de culturas como arroz, batata doce, cana de açúcar, abóbora, maxixe, acerola, para complementar a merenda escolar;
  - 18)-oferecer cursos sobre preparação de biofertilizantes;
  - 19)-cursos sobre aproveitamento integral de alimentos;Oficina sobre segurança alimentar ;Curso de tratorista;
  - 20)-curso de participação social (participação, cidadania, gestão, desenvolvimento, planejamento, associativismo e cooperativismo);
  - 21)-orientação e assistência técnica agroecológica e reciclável;
  - 22)-recomposição de recursos florísticos;Instalação de quebra-ventos.

## Assistência técnica e extensão rural:

Contratar uma equipe técnica qualificada e capacitada de engenheiro agrônomos para o acompanhamento diário dos trabalhos nas comunidades rurais

### Agroindústria:

- 1)-Certificação e inserção de produtos quilombolas extrativos e de produção orgânica em mercados diferenciados;
- 2)-análise e estudos de mercados diferenciados e afins às comunidade negras;
- 3)-melhoria dos cuidados e das práticas de armazenamento;
- 4)-construção de viveiros florestais com plantas farmacológicas visando a educação ambiental para jovens crianças e adultos;
- 5)-cursos de apicultura para jovens e mulheres;
- 6)-curso de piscicultura;
- 7)-Implantação da agroindústria de açúcar mascavo e de frutas para s Furnas de Dionísio;
- 8)-viabilizar o estudo da verticalização da produção para as demais comunidades quilombolas de acordo com seus interesses e realidade;
- 9)-fornecimento de mudas e sementes de culturas de subsistência e de espécies frutíferas;
- 10)-recuperação, poda e tratos culturais nas espécies frutíferas cultivadas;
- 11)-cursos de fruticultura de manutenção do pomar.

## Saneamento rural:

### Projeto cultural e habitacional:

- 1)-Construção de unidades culturais nas três comunidades quilombolas;
- 2)-construção de parque infantil;
- 3)-construção de praça;
- 4)-construção de sede da Associação;
- 5)-museu das furnas de Dionísio;
- 6)-projeto Catira na escola em parceria com a Fundação de Cultura;
- 7)-projeto artesanato na escola em parceria com a Fundação de Cultura;
- 8)-promoção de ações educativas sobre artesanato oficinas de trabalho com artesanato: cesta, cerâmica, vitral, pintura e colagem em parceria com a Coordenadoria da Mulher;
- 9)-oficinas de cultura afrodescendentes;
- 10)-festa do padroeiro das Furnas dos Baianos;
- 11)-festa do Padroeiro das Furnas de Boa Sorte;
- 12)-festa do Padroeiro das Furnas de Dionísio;
- 13)-apoio as festas e eventos culturais das comunidades negras urbanas;
- 14)implementar ações para que a população negra possa ter acesso à Escola Agrícola e à Universidade (garantia de vagas).

### Construção de unidades habitacionais:

- 1)-Construção emergencial de 22 (vinte e duas) unidades;

2)-construção de 45 (quarenta e cinco) unidades no período de 2002 a 2007

Fornecimento de maquinários e equipamentos:

- 1)-Aquisição e reforma de máquinas e implementos agrícolas;
- 2)-aquisição de instrumentos para o trabalho de tração animal;
- 3)-locação de máquinas para a moto-mecanização das comunidades quilombolas.

Estímulo à produção de artesanato:

- 1)-Identificação das comunidades negras rurais e, cadastramento dos artesãos afrodescendentes capacitados para reproduzir conhecimento em artesanato;
- 2)-incentivo ao artesanato afrodescendente como fonte de renda em feiras, exposições, praças, seminários e conferências;
- 3)-criação da casa da Cultura afrodescendente.

## ANEXO X

### Das Ações da Assistência Social e Trabalho

- 1)-Inclusão do quesito raça cor no cadastro do servidor, sendo dado treinamento aos servidores para que façam o preenchimento correto no cadastro;
- 2)-em todos os cursos já programados de melhoria da qualidade técnica dos servidores, fazer palestras com debates sobre a questão racial;
- 3)-nas reuniões mensais de formação da creche do servidor, no Poderes debater a questão racial;
- 4)-reproduzir e distribuir nos debates materiais sobre a questão racial;
- 5)-acrescentar nos programas existentes maior atendimento à população negra;
- 6)-sugerem que o setor de Interlocução vinculado à Secretaria de Estado de Governo e o CEDINE (Conselho Estadual de Desenvolvimento dos Direitos do Negro), articulem a participação nas reuniões do Conselho Estadual de Gestores Municipais – COEGEMAS e que seja preparado material com conteúdo voltado para a discussão da temática racial.

Os programas sugeridos para a participação da Secretaria de Assistência Social e Trabalho na superação das desigualdades raciais:

- 1)-Programa de Atenção Básica de Cidadania da Família<sup>60</sup> – ABC que tem por objetivo implantar e implementar Núcleos de Apoio Familiar -NAFs, visando a melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade e ou, risco pessoal e social, por meio de ações intersetoriais e intergovernamentais, promotoras da inclusão social. É neste programa que entram os serviços continuados de Assistência Social;
- 2)-educação Infantil em Ação – limite e violência doméstica contra criança. Os Centros de Educação Infantil (CEI);
- 3)-a sugestão é orientar os gestores sobre a desigualdade racial;
- 4)-programa Segurança Alimentar e Nutricional<sup>61</sup> na perspectiva dos direitos humanos – ações comprometidas com a inclusão social e a cidadania com a centralidade na família.

A Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária, de acordo com Ofício SETASS/CDC/n.002/03, realizou no primeiro semestre de 2002 curso de capacitação na temática racial para 40 funcionários desta secretaria com carga horária de 40 h/ a .

<sup>60</sup> Programa de Atenção Básica ao Cidadão e à Família – Programa Social implementado no Governo Popular de Mato Grosso do Sul em 2001. Este programa está sendo desenvolvido com os recursos do Fundo de Investimentos Sociais - FIS. Objetiva implantar e implementar Núcleos de Apoio Familiar, visando à melhoria das condições de vida das famílias, em situação de vulnerabilidade e ou risco pessoal e social, por meio de ações intersetoriais e intergovernamentais, promotoras da inclusão social.

<sup>61</sup> Programa de Segurança Alimentar e Nutricional – este programa social está descrito no Manual de Orientação do Fundo de Investimentos Sociais – FIS do Governo Popular de Mato Grosso do Sul. Segundo este documento, este programa, propicia à população em situação de pobreza, como direito humano, o acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, de modo a satisfazer as necessidades básicas alimentares.

Esta secretaria também realizou curso de capacitação na temática racial para os professores da educação infantil que trabalham na creche do estado. Tendo os seguintes dados:

	número de participantes	Presentes	Abstenção
Diretores	25	06	19
Atendentes	75	54	21
Professores	75	70	05
Total de participantes	175	130	45

Fonte: OF / SETASS/ DAÍ n. 002 / 03

## ANEXO - XI

### Cursos de capacitação de professores da rede estadual de ensino fundamental no combate ao racismo da SED- 60 h/a 2001 a 2002

<b>Município</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Campo Grande	54	28	Março 2001	De Março 2002
Aquidauana	68	23	Setembro 2001.	de Maio 2002
Corumbá	62	25	Maio 2002	AGO 2002
Jaraguari	20	20	Setembro 2001	Julho 2002
Prof. do Bolsa. Escola	19	15	Setembro 2001	Agosto 2002
Mundo Novo	127		Junho 2002	Setembro 2002
Escola E. Antônio Delfino Pereira -	48	48	Julho 2001	Agosto 2002
E. E. Zumbi dos Palmares	12	12	Março de 2001	Agosto 2001

Tabela - 1  
Fonte: COEB -SED-MS 2002

### Capacitação de professores do ensino médio tendo 4 horas aula de palestra na temática racial 1º Semestre de 2002

<b>Município</b>	<b>Participantes</b>	<b>Período</b>
Campo Grande	1198	julho
Aquidauana	452	julho
Três Lagoas	364	Julho
Dourados	1183	Julho

Tabela - 2  
Fonte: COEB SED-MS 2002

## Curso de Capacitação para os Servidores das Creches do governo do Estado

<b>Função</b>	<b>Nº de Inscritos</b>	<b>Nº Concluintes</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Diretores	25	6	Agosto de 2002	Setembro de 2002
Professores	115		Agosto de 2002	Setembro de 2002
Atendentes níveis 1 e 2	46	23	Junho de 2002	Julho de 2002

Tabela - 3

Fonte: Secretaria de Assistência Cidadania e Trabalho - 2003

## ANEXO - XII

### Ações realizadas em 2002<sup>62</sup>, dados contidos na Prestação de contas do Programa de Superação das Desigualdades Raciais

#### Fundação de Cultura

A Fundação de Cultura e Lazer do Estado de Mato Grosso do Sul, subsidiou o curso de capacitação no combate ao racismo, no mês de março do ano corrente na Escola Estadual Joaquim Murinho, para 60 alunos do terceiro ano do ensino médio, e para quatro professores desta escola.

O curso foi ministrado em cinco dias pela Equipe de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Educação. Tendo sido sistematizado da seguinte maneira:

“Objetivo: Sensibilizar os alunos para os reflexos da discriminação racial e do preconceito no mercado de trabalho.

Tema: Preconceito e discriminação racial no mercado de trabalho

Público alvo: Alunos do ensino médio da Escola Estadual Joaquim Murinho

Coleta de dados para a pesquisa: Shopping Campo Grande –MS

Procedimentos:

1ª Etapa: Motivação e capacitação dos alunos

Entendendo conceitos (racismo, preconceito e discriminação racial)

Mito da democracia racial

Conceito Biológico de raça e raça como fenômeno social

História do negro no Brasil (séc. XV ao séc. XIX )

Situação do negro no Brasil hoje

2ª Etapa: Apresentação e organização do trabalho de final de curso:

Discussão do projeto

Elaboração de questionário para entrevistas

Divisão das equipes e definição dos locais de atuação

Elaboração de texto e arte para os panfletos

<sup>62</sup> O documento de prestação de contas do Programa de Superação das Desigualdades Raciais foi elaborado pela Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo, em junho de 2002.

### 3ª Etapa: Desenvolvimento do trabalho

Realização da pesquisa de campo

Organização dos dados colhidos

Elaboração de panfletos

### 4ª Etapa: Finalização

Panfletagem no dia 21 de março, dia Internacional do Combate a discriminação racial

Apresentação da pesquisa

Metodologia:

Trabalhar através de explanação e discussão de assuntos pertinentes ao tema, (palestras, filmes, pesquisas e debates).

Os alunos recebem orientação sistemática para a organização apresentação dos dados da pesquisa.

O resultado da pesquisa foi apresentado para o público em campo-grandense e segundo o relatório de prestação de contas acima citado, teve repercussão na mídia. E conseguiu abranger um público de aproximadamente três mil pessoas da comunidade escolar.

Foi realizado para o evento do 13 de maio um ciclo de palestras, intitulado, “Desmistificando o 13 de maio”. Palestras realizadas em quatro municípios do estado como: Campo Grande, Corumbá, Aquidauana e Bela Vista. Tendo a participação de professores, alunos do ensino fundamental e ensino médio, alunos do cursinho popular de pré-vestibular, funcionários públicos, e integrantes do Movimento Negro.

Neste ciclo de palestras conforme relatório de prestação de contas, foi possível apresentar ao público o trabalho que a Equipe de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Educação e, a Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Governo estão desenvolvendo no sentido da superação das desigualdades raciais no Estado de Mato Grosso do Sul.

O evento também ainda segundo o documento, serviu para avaliação da ação conjunta do Movimento Negro e do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.

### Secretaria de Segurança Pública

A primeira ação foi incluir a temática racial nos currículos de formação dos policiais civis e militares. Segundo o relatório de prestação de contas do programa de superação das desigualdades raciais, a temática racial foi incluída nos cursos formação de peritos médicos, papiloscopistas, escrivães e policiais de rua realizado em março de 2002.

Está sendo desenvolvido o programa de divulgação dos Direitos Humanos com a temática racial para os encarcerados. Uma proposta de educação objetivando prevenir a reincidência no crime.

### Fundação Escola de Governo

A Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para o evento de 13 de maio, produziu um Boletim Interativo para os servidores públicos. Incluiu no currículo do curso de “Atendimento ao Público” ministrado para os servidores públicos, a temática racial. No Fórum de Debates realizado por esta escola, também foi incluída a temática racial.

### Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho

Foi realizado em abril do corrente ano, o primeiro curso de capacitação para os servidores desta secretaria intitulado “ Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades Raciais”. Como este curso teve uma participação acima do esperado, com forte presença dos conselheiros da secretaria , foi ministrado em de 60 horas.

Foram destinados recursos do Programa Segurança Alimentar, programa já mencionado anteriormente, para as comunidades rurais negras e urbana. Aproximadamente um total de R\$4.896,00 (Quatro mil oitocentos e noventa e seis reais) para um total de cento e cinquenta famílias das comunidades de São João Batista, Furnas de Dionísio, Furnas de Boa Sorte e Quilombo de Jabaquara.

### Comunidades Negras Rurais

Foram realizados cursos de educação ambiental para as comunidades negras rurais. Estão sendo investidos recursos em torno de R\$ 39.150,72 (Trinta e nove mil cento e cinquenta reais e setenta e dois centavos) na industrialização do açúcar mascavo e rapadura

em Furnas de Boa Sorte parceria com o Idaterra, com recursos do Programa Prove CHE-Re-Ta<sup>63</sup>.

Para as comunidades rurais, foram realizados cursos de formação de novas lideranças, o Fórum da Juventude Rural, Seminário de Agricultura Familiar e um Simpósio de Reforma Agrária.

#### Secretaria de Estado de Educação

Em 28 de janeiro de 2002, foi assinado o Protocolo de Intenções<sup>64</sup> do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford, coordenado no Brasil pela Fundação Carlos Chagas. Esta parceria, segundo a Agência Popular de Notícias<sup>65</sup>, visa à participação de negros e índios sul-mato-grossenses, em cursos de mestrado e doutorado através de bolsas de estudo. A Fundação Ford financiará bolsa por três anos, sendo que para o doutorado que tem duração de quatro anos, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul se comprometeu em complementar a bolsa por um ano.

Ainda segundo este jornal, o Governador do Estado em exercício, por meio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), ficou responsável pela preparação dos candidatos para a seleção às bolsas de mestrado e doutorado deste estado.

Em 29 de Janeiro, foi realizada uma Palestra para os professores dos assentamentos de diversos municípios do estado, no colégio Hércules Maymone.

A Equipe de Combate ao Racismo da SED ministrou curso de capacitação na temática racial para os professores da Educação Especial, no período de 13 a 17 de maio de 2002.

Foram realizados na semana do 13 de maio, a convite das instituições universitárias da capital, seminários, palestras e debates. Na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB um Seminário foi ministrado para os acadêmicos do curso de Serviço Social.. Na Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal –UNIDERP e para o Instituto de Ensino Superior - FUNLEC, palestras e debates para os acadêmicos do curso de Pedagogia.

Foi realizada palestra (4 h/a) na temática racial para os professores da educação inclusiva/Ed. Especial, com a participação de 338 professores no período de 15 de abril a 17 de maio de 2002.

<sup>63</sup> Segundo o Manual do Fundo de Investimentos Sociais-FIS, do Governo Popular-MS, busca a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas articulando as políticas setoriais e prestação assistência técnica para as atividades produtivas. Portanto, parte dos recursos deste programa está sendo destinado aos negros.

<sup>64</sup> Extrato do Protocolo de Intenções, publicado no Diário Oficial nº 5705 de 06 de março de 2002, p. 56

<sup>65</sup> Notícia veiculada em 7 de fevereiro de 2002.

Em quatro municípios do estado, Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Aquidauana, foram ministrados diversos seminários no período de 3 a 18 de julho deste ano, para os professores do ensino médio, nos municípios de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Aquidauana.

Houve a seleção para preenchimento de vagas no cursinho Popular de Pré-Vestibular oferecido pelo Governo do Estado. Foram reservadas 30% das vagas para alunos negros. Este cursinho está sendo ministrado em onze municípios do estado.

Foi instituída por Decreto<sup>66</sup> a Coordenadoria de Políticas de Combate ao racismo, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Governo

Em 21 de março foi efetuado o lançamento oficial do Comitê de Educação para a População Negra de Mato Grosso do Sul - CEPONE<sup>67</sup>, tendo sido seu Regimento Interno publicado no Diário oficial<sup>68</sup> do Estado. Segundo o relatório de prestação de contas do programa de combate ao racismo, o comitê tem um papel fundamental na elaboração das políticas educacionais para a população negra.

Nos dias 5 e 6 de maio os alunos do Cursinho Popular de Pré-Vestibular e os alunos do Ensino Médio da cidade de Bela Vista-MS, assistiram a uma Palestra com a temática racial.

Foi realizado nos dias 23 e 24 de maio o “III Seminário Racismo e Educação, Figuras Africanas e Afrobrasileiras na Escola”, uma parceria da Associação Campo-grandense de Professores –ACP e a Secretaria de Estado de Educação.

Já foram definidos os temas para os capítulos do Caderno que servirá para subsidiar a formação e capacitação continuada dos professores da rede estadual de ensino.

Em julho de 2002 foi feita a seleção para preenchimento de vagas no cursinho Popular de Pré-Vestibular oferecido pelo Governo do Estado. Foram reservadas 30% das vagas para alunos negros. Este cursinho está sendo ministrado em onze municípios do estado.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul deu início em 17 de agosto ao curso que preparará os candidatos negros e índios que pretendem se candidatar a bolsa para mestrado ou doutorado, financiada pela Fundação Ford. A Universidade ministrará cursos de

---

<sup>66</sup> Decreto nº 10.681, de 4 de março de 2002, Diário Oficial nº 55704 de 05 de março de 2002, p. 3. “A Coordenadoria de Combate ao Racismo está subordinada ao Secretário de Estado de Governo o qual compete, formular, articular, propor e coordenar a implementação de políticas de ação afirmativa, programas e projetos tendentes a reduzir as desigualdades raciais resultantes do preconceito racial.”

<sup>67</sup> CEPONE- Comitê Estadual de Educação para a População Negra de Mato Grosso do Sul, instituído pela Resolução –SED nº 1505 de 18 de setembro de 2001. Órgão de natureza colegiada e consultiva, voltado ao estudo e elaboração de diretrizes e programas, para discussão e encaminhamento de políticas educacionais afirmativas, dirigidas à população negra de Mato Grosso do Sul.

<sup>68</sup> Diário Oficial nº 5720 de 27 de março de 2002 p. 13.

metodologia científica, língua portuguesa, e língua estrangeira. Este curso está sob a coordenação da Equipe de Combate ao Racismo da SED.

#### Secretaria de Estado de Saúde

Foi efetuada a reforma do Posto de Saúde de Furnas de Dionísios. O Programa Saúde da Família foi realizado em Furnas de Boa Sorte em Corguinho. Em parceria com a Prefeitura daquele município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea. Campo Grande, MS: ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- \_\_\_\_\_. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DA UFMS SOBRE QUESTÕES LATINO-AMERICANAS, Campo Grande-MS, 1995.
- ARRUDA, Marcos. Ongs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S.(org). O Banco mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41-71.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa no Brasil: a construção de uma identidade negra? Dissertação (mestrado em sociologia), Universidade Nacional de Brasília - UNB, 1999.
- BORON. Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. SADER, E.; GENTILI, P. (orgs), Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 118, 1995.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto n. 65.810 de 8 de dezembro de 1969. Convenção internacional sobre todas as formas de discriminação racial. In. SILVA JR., Hédio. Anti-racismo, coletânea de leis brasileiras: federais, estaduais e municipais. São Paulo: Oliveira Mendes Ltda., 1998.
- BRASIL. Decreto n. 62.150 de 23 de janeiro de 1968. Convenção 111 – concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão. In. SILVA JR., Hédio. Anti-racismo, coletânea de leis brasileiras: federais, estaduais e municipais. São Paulo: Oliveira Mendes Ltda., 1998.
- BRASIL. Decreto n. 63.223 de 6 de setembro de 1968. Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. In. SILVA JR., Hédio. Anti-racismo, coletânea de leis brasileiras: federais, estaduais e municipais. São Paulo: Oliveira Mendes Ltda., 1998.
- BRASIL. Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002. Institui, no âmbito da administração pública federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. Disponível em: < [http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) > Acesso em: 01 de out. 2002.
- Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. Série Calendário da cidadania: subsídios para aulas especiais. Secretaria de Estado de Educação, Governo Popular Mato Grosso do Sul, abril n. 7, 2000.
- BRITO, Cláudia Regina de. Escola de Japoneses a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS : UNIDERP, 2000 – (Etnias. v. 3)

Caderno Temático 3º Momento – Série constituinte escolar, educação e etnias indígenas e negros. Campo Grande-MS, n. 2, novembro de 2000.

CALLINICOS, ALEX. Racismo e Capitalismo. Tradução, Rui Polly. Disponível em: < <http://www.members.tripod.com/~socialista/page4.html> > . Acesso em: 20 de mar. 2001.

Combatendo as desigualdades – Separatas de discursos, pareceres e projetos. Câmara dos Deputados, n. 101, Brasília, 1999.

Constituinte Escolar – Educação e etnias indígenas e negros. Secretaria de Estado de Educação, Governo Popular de Mato Grosso do Sul, n. 2 nov. 2000

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL – Grupo de trabalho interministerial para a valorização da população negra (GTI). Disponível em: < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) > Acesso em: 01 de outubro de 2002.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S.(orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 75-121.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. FÁVERO, O; SEMERARO, G. (orgs), 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 11-39.

DIAS, Lucimar Rosa. Diversidade étnico-racial e educação infantil: três escolas, uma questão, muitas respostas. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 1997.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3ª ed.- São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDEZ, Ricardo R. Exclusão e inclusão: o impacto da ação afirmativa. In: Sociedade e valores dos EUA. Revista eletrônica da agência de informação dos EUA. n. 3, v. 2, ago. 1997. disponível em: <<http://www.usia.gov/journals/journals.htm>>. Acesso em: 25 de ago. 1997.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1963). São Paulo, FFLCH/USP, 1986. (Antropologia 13)

FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Petrópolis, RJ: Vozes, 4ª ed., 1998

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). Ministério da Justiça, Brasília, 2002. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 01 de out. de 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

GRAMSCI, Antônio. Quaderni del carcere – edizione critica dell' Istituto Gramsci. org. GERRATANA, V. , Turim, v.4, 1975.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL/ População Negra. Ministério da Justiça. Brasília, 1996.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). Disponível em: < <http://www.Ipea.gov.br>>. Acesso em: 12 de setembro de 2001.

IANNI, Otávio. Raças e classes sociais no Brasil. 2ª ed. Revista e modificada - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 48, 1972 - Coleção Retratos do Brasil.

\_\_\_\_\_. O novo ciclo da revolução burguesa. Disponível em:< <file://A:\Fórum Online Otávio Ianni - .htm>> Acesso em: 06 de fev. 2002.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. O Banco mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. Tese (doutorado em educação) Universidade de São Paulo –USP, 2000.

LEHER, Roberto. Movimentos Sociais, democracia e educação. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (org). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2003. p.187-211.

LINHARES. M.Y.(org.). História geral do Brasil. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Manual de orientação do fundo de investimentos sociais – FIS do governo popular de MS – combatendo à pobreza e promovendo a inclusão social. Campo Grande-MS, 2001.

MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO – Instituto sindical interamericano pela igualdade racial (INSPIR) e Departamento intersindical de estatística e estudos sócio-econômicos (DIEESE), 1999.

MARCHA ZUMBI. Por uma política de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultura Gráfica e ed. Ltda., 1996.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto n.10.681 de 4 de março de 2002. Diário Oficial n. 5.704 de 05 mar. 2002, p.3. Cria a Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Governo e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 2605, de 6 de janeiro de 2003. Diário Oficial n. 5.911 de 07 de jan. de 2003, p. 16. Dispõe sobre a reserva de vagas para negros nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

NEGRO (A) VIVENDO NOVAS LIÇÕES DE ETNIA. Série calendário da cidadania: subsídios para aulas especiais. Secretaria de Estado de Educação, Governo Popular Mato Grosso do Sul, n.2, 2000.

Pesquisa Oferta e demanda de recursos humanos em Mato Grosso do Sul. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Departamento de Economia e Administração Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e a Cultura. Campo Grande-MS, 2001. Disponível em < <http://sites.uol.com.br/idomichels>> Acesso em: 12 de abril de 2002.

PINTO, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. Tese (doutorado FFLCH) Universidade de São Paulo (USP), 1993.

\_\_\_\_\_. Movimento negro educação do negro: a ênfase na identidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 86, p.25-38, ago, 1993.

Plano de educação para a rede estadual de ensino. Campo Grande-MS, p.37, junho de 2001.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Ministério da Justiça, Brasília, 1996.

Programa de governo para Campo Grande MS, PT,PPS,PSB,PC do B Movimento Muda Campo Grande-MS, 1996.

Programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Governo, Governo popular de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2001.

SADER, E; GENTILI, P (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SEMERARO. Giovanni. Recriar o público pela democracia popular. In: Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. FÁVERO, O; SEMERARO, G. (orgs), 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.212-223.

Seminário relações raciais e desigualdades econômicas – Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2000. (Série ação parlamentar n. 104)

SILVA, Francisco Carlos da. Do golpe militar à redemocratização 1964/1984.in. História geral do Brasil. LINHARES. M.Y.(org.), 6ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, p. 301- 334,1990.

SILVA JR., Hédio. Anti-racismo, coletânea de leis brasileiras: federais, estaduais e municipais. São Paulo: Oliveira Mendes Ltda., 1998.

SILVA, Petronilha B. G; GONÇALVES, Luiz O. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2ªed., 2000.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S.(orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-38.

Texto base do plano de educação para a rede estadual de ensino. Secretaria de Estado de Educação. Governo Popular de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2001.

TOMMASI,L.; W,M; H,S (orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000.

VALENTE, Ana Lucia E. F. O programa nacional de bolsa escola e as ações afirmativas no campo educacional. Brasília, 2003. (no prelo)

\_\_\_\_\_. Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999. – (Paradoxos)

\_\_\_\_\_. Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 93, p.40-50, maio 1995.

\_\_\_\_\_. Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982. São Paulo, FFLCH/USP, 1986 186p. (antropologia,10)